



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em  
25 de Abril de 2019



Assembleia Municipal

## ACTA N.º 2

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de Ricardo Pereira Alves, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Manuel Augusto Simões Rodrigues e António João Lopes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

-----O Senhor Presidente deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa**, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----

-----Ricardo João Barata Pereira Alves, Afonso Henrique Tavares Ferreira, em substituição de António Gonçalves Cardoso, António Miguel Ribeiro Pinheiro, Margarida Teresa Freire Figueiredo, em substituição de Sara Rita Rodrigues Pedroso, Manuel Augusto Simões Rodrigues, João José Monteiro Figueira, em substituição de Mário Pereira Gonçalves, Joana Rita Ribeiro de Oliveira Gomes, Elisabete Simões Oliveira, Daniel Ricardo Simões Gonçalves, Luis da Silva Moreira Gomes, Maria do Céu Brito Coelho Alves Paulino, em substituição de Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Fernanda Maria Marques Martins Pacheco, Tamára Alexandre Brandão Simão, André Rodrigues Vicente, Miguel Mateus Teixeira, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges, António João Lopes, Christophe Rodrigues Coimbra, Miguel Sérgio Fernandes Dias, em substituição de Mário Rui Adrião Gonçalves e Maria José das Neves Fernandes Silva.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, João António Travassos Nunes; Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita, José Gonçalves da Costa Pinheiro; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, José da Conceição Lopes; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Luís Fernando das Neves Rodrigues; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, José Manuel Fidalgo Nogueira; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da Junta de Freguesia das Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, Paulo Jorge Marques Amaral; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, José António Gomes Costa; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Adelino Antunes de Almeida; Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, João Manuel Marques Tavares.-----



Assembleia Municipal

-----O Segundo Secretário da Mesa deu ainda conhecimento do pedido de justificação das faltas dos senhores deputados António Gonçalves Cardoso, Sara Rita Rodrigues Pedroso, Mário Pereira Gonçalves, Nuno Alberto Fernandes do Couto Espinal, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes e Mário Rui Adrião Gonçalves.-----

-----Estas justificações dão-se por reproduzidas, para todos os efeitos legais, e das quais se anexam cópias à acta.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Costa, acompanhado pela restante Vereação, respectivamente Luís Almeida, Érica Castanheira, Rui Silva, Fernando Vale e Tyoga Macdonald.-----

#### PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **António Carlos Silva Pinto**, de Vinhó, para falar das ruas da sua aldeia, que estão em mísero estado. Duas delas estão intransitáveis, sendo que a rua principal, que é a Rua da Reboleira, a que tem mais inclinação, tem autênticas crateras no alcatrão, que derivam do mau alcatroamento que se fez, após a colocação do saneamento básico. Outra, rua, a que chamaram Rua do Paraíso, mais parece a Rua do Inferno, porque nem sequer asfalto tem; no inverno é autêntica lama, no verão não se pode abrir uma janela porque é só poeira. Disse que, aquando das eleições autárquicas, as duas principais listas prometeram a requalificação das ruas de Vinhó, mas que até hoje nada foi feito. Disse também que o Senhor Presidente da Junta, que normalmente coloca uma massa para tapar aqueles buracos, que não dura mais que 15 dias, lhe disse que a Junta iria requalificar as ruas mais estragadas, mas que não poderia fazer todas porque não tinha poder financeiro para isso e que a Câmara Municipal tinha tomado a seu cargo a requalificação das ruas, e ele deixou de se preocupar com isso. Pergunta se a Câmara pensa realmente em requalificar as ruas, se pensam continuar só a tapar os buraquinhos que duram 15 dias. Disse ainda que as bermas ficam cheias de erva que, quando é cortada, partem os vidros das janelas, como já aconteceu a ele, estragam os portões, sujam as paredes e que esta não é a melhor maneira de se resolver o assunto. Perguntou mais uma vez se pensam em requalificar as ruas e se isso será feito só na véspera das eleições autárquicas, porque isso vai cheirar como que a propaganda e para isso já existe o Governo.-----

-----Teve a palavra o Senhor **Casimiro Coutinho**, da Esculca que começou por referir que é um prazer estar aqui a festejar o dia da Liberdade, o 25 de Abril, e que quis associar-se a esta festa. Disse que gostaria de falar da liberdade plena mas, em nome da Esculca, tem de falar em liberdade condicional. Liberdade condicional, porque para atingir a liberdade plena é necessário que haja métodos e meios de



## Assembleia Municipal

comunicação que os possam deixar fluir por toda a beleza da Esculca, tendo convidado todos os presentes a visitar a aldeia. Chamou a atenção sobretudo da falta de segurança que existe na estrada que vai até à Esculca. Em nome do povo da Esculca e como é dia 25 de Abril, reclamou por mais liberdade de movimentação e, sobretudo, movimentação com segurança. Disse ainda que a falta de raids de proteção na estrada da Esculca limita a circulação feita em segurança. Realçou a ajuda que têm tido da Junta de Freguesia de Côja que, nos últimos meses, tem colaborado ao tapar alguns aquedutos que existiam junto à estrada e que ofereciam perigo público, pois há cerca de 30 anos que eles estavam abertos e qualquer pessoa ou animal poderiam lá cair. Queixou-se ainda da falta de autocarro na Esculca, uma vez que o trajecto, principalmente em Vale do Carro, não o permite, e que isso os condiciona, pois não é assim que se faz turismo, não é assim que se divulga a beleza do concelho e que a Esculca é uma das mais bonitas aldeias do concelho de Arganil e estes pequenos pormenores impedem o desenvolvimento, impedem que o turismo seja feito com boas condições. Referiu-se ainda à iluminação pública, que é ligada tardiamente, a horas em que a população já está recolhida; população que, na sua maioria é idosa, e não se pode movimentar em condições nas últimas horas do dia. Terminou, dizendo que no dia da Liberdade, 25 de Abril, vem aqui falar em nome do seu povo e pedir para que estes assuntos sejam resolvidos com a maior brevidade possível - viva o 25 de Abril, viva a Liberdade!-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “quero informar o senhor António Carlos Pinto que concluímos um processo de levantamento das vias rodoviárias do concelho que não estão em boas condições; é um conjunto muito alargado de intervenções que são necessárias efectuar, uma característica de um concelho tão extenso quanto é o concelho de Arganil. Na sequência desse levantamento que fizemos, em parceria e em colaboração com todas as Juntas e Uniões de Freguesia do concelho, e que foi concretizado há uns meses atrás, tratámos de um concurso público para a elaboração de projectos de execução destas intervenções, em cerca de 80 vias rodoviárias; esse concurso está concluído, contamos que entretanto comecem a ser elaborados estes projectos de execução e a intenção é, em articulação com as Juntas de Freguesia, que são o nosso parceiro principal na definição das prioridades naquilo que é o território de cada uma delas no concelho, mas volto a dizer, de acordo com as prioridades que forem articuladas com as Juntas e Uniões de Freguesia, naturalmente que iremos iniciar essas intervenções. Reconheço em particular que na situação da aldeia de Vinhó as coisas não estão em boas condições como o senhor próprio referiu, houve lá umas pavimentações feitas em tempos, que não tiveram base de drenagem para poderem levar o tapete de betuminoso a frio que foi colocado, e isso acelerou, de certa maneira, a desagregação do pavimento. Ainda assim dizer-lhe que temos este problema sinalizado, estamos a trabalhar para o resolver, e a resolução destes problemas não obedece a calendários eleitorais.-----



## Assembleia Municipal

-----Relativamente à intervenção do Senhor Casimiro Coutinho, permita-me que lhe diga que entendo a sua reivindicação, mas já me parece um bocadinho abusivo que confundamos liberdade com a circunstância de termos as vias em melhores ou piores condições; eu diria que, no dia em que comemoramos a Liberdade, isso é quase insultuoso, relativamente àqueles que lutaram pela liberdade e que não tinha nada a ver com estradas nem com raids de proteção, tinha a ver com outra coisa. Compreendo o apontamento que faz relativamente à questão da segurança, mas acho que é um trocadilho que aqui não resulta bem, que não é o mais feliz, de demonstrar a liberdade que comemoramos hoje com aquilo que tem a ver com a melhor ou pior segurança de circulação nas vias rodoviárias; acho que são coisas que são bastante distintas e que não nos devemos permitir confundir porque não têm rigorosamente nada a ver uma com a outra.”-----

### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para “realçar o simbolismo de a Mesa hoje ser constituída por membros de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal; é também uma expressão da democracia e da liberdade.”-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Primeiro Secretário, para fazer o resumo do expediente recebido.-----

**1 - Leitura do expediente.** -----  
-----O Primeiro Secretário, Senhor deputado municipal **Manuel Augusto Simões Rodrigues**, informou que “da Associação Nacional das Farmácias – convite para Seminário “Salvar as Farmácias”, em 20 de Março; do Deputado António João Lopes – envio de propostas para a mesa da Assembleia Municipal (enviado a todos os deputados); da Assistência Folquense – convite para sessão de encerramento das comemorações do centenário da Instituição, em 6 de Abril; de Mafalda Monteiro, secretária GP – PSD – envio de Projecto de Resolução, recomendação ao Governo para redução de Portagens na auto-estrada do Pinhal Interior; da Casa da Comarca de Arganil – convite para comemorações da aquisição da sede em Lisboa; do Grupo Parlamentar “Os Verdes” – envio de Projecto de Resolução que recomenda ao Governo erradicar o uso do glifosato; da AEDREL, revista das Assembleias Municipais – solicitam informação para colocar na publicação nº 9 da revista; da Irmandade da Stª Casa da Misericórdia de Vila Cova de Alva – convite para inauguração do edifício do Centro de Dia, dia 5 de Maio; da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira – convite para a Feira de Maio, dias 11 e 12 de Maio; envio do livro O Destino e a Vida, da Revista Egoísta.”-----



Assembleia Municipal

-----Todos os documentos se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.-----

**2 - Discussão e votação da Acta da Sessão Ordinária nº 1, realizada no dia 23 de Fevereiro de 2019.**-----

-----Não havendo registo de intervenções, a acta foi aprovada por maioria, com três abstenções.-----

**3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “propor um voto de pesar pelo falecimento das vítimas do ciclone IDAI, que teve particular expressão em Moçambique, na zona da Beira, que é uma cidade geminada com Arganil, bem como no Malawi, na Tanzânia. No fundo, um voto de pesar que transmite um grande abraço de solidariedade àquele nosso povo irmão. Proponho também um minuto de silêncio.”-----

-----A Assembleia Municipal guardou um minuto de silêncio e exarou um voto de pesar pelas vítimas do ciclone IDAI, em Moçambique.-----

-----Continuou a sua intervenção o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referindo que “também no dia em que comemoramos a democracia e a liberdade, e a capacidade e o poder de iniciativa, não posso também deixar de registar que o concelho de Arganil, e em particular as suas empresas, foram distinguidas recentemente com o estatuto de PME Líder - 11 empresas, e com o estatuto de PME Excelência - 3 empresas. PME Excelência à empresa Construções Castanheira & Joaquim, Lda, N. Pegado Unipessoal, Lda e RAMALPOMBEIRO, CONSTRUÇÕES Lda e PME Líder as empresas VIASOLAR Lda, Casa do Apicultor, Lda, Construções Castanheira & Joaquim, Lda, DISTRIARGANIL - Supermercados, Lda, N. Pegado Unipessoal, Lda, Paula Inês Moreira Dinis, Lda, RAMALPOMBEIRO, Construções, Lda, Sulpasteis, Lda, Torextrans - Transportes Internacionais, Lda, Transportes Ferrão & Martins, Lda e Antonino Dias Fernandes, Lda. São boas notícias para o concelho, esta, distinções e, nessa perspectiva, gostaria de propor um voto de louvor a estas empresas, pelo desempenho alcançado e pela distinção de que foram objecto por parte do IAPMEI.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** referindo que “em completa sintonia com a proposta de voto de louvor aqui manifestada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de deixar o meu reconhecimento, enquanto Arganilense, Deputado Municipal e Empresário às empresas do nosso



Assembleia Municipal

concelho que viram o seu trabalho reconhecido com as distinções de PME Líder e PME Excelência 2018.-----

-----A atribuição do estatuto de PME Líder está dependente do cumprimento por parte das empresas que se candidatam, de uma série de requisitos onde se incluem o correcto licenciamento da actividade, situação fiscal regularizada, volume de negócios estabilizado ou crescente, e a superação de uma série de indicadores financeiros entre outros. De forma muito genérica podemos afirmar que cumprir todos os requisitos necessários será indicador de uma empresa de boa saúde.-----

-----Desde 2008 que há atribuição destas distinções por parte do IAPMEI em associação com o Turismo de Portugal e com as 10 entidades bancárias envolvidas. Em 2018, as empresas sedeadas em Arganil atingiram um novo máximo de distinções e isso é digno de registo.-----

-----Foi atribuído o estatuto de PME Líder 2018 a 11 empresas do nosso concelho, sendo elas:-----

- Antonino Dias Fernandes, Lda.
- CASA DO APICULTOR, Lda.
- Construções Castanheira & Joaquim, Lda.
- DISTRIARGANIL - Supermercados, Lda.
- N. Pegado Unipessoal, Lda.
- Paula Inês Moreira Dinis, Lda.
- RAMALPOMBEIRO, CONSTRUÇÕES, LDA.
- SULPASTEIS, Lda.
- Torextrans - Transportes Internacionais, Lda.
- Transportes Ferrão & Martins, Lda.
- VIASOLAR ,LDA.

-----O estatuto de PME Excelência é atribuído às empresas que, dentro do universo das PME Líder desse ano, obtenham desempenhos superiores através da aplicação de um filtro de critérios principalmente financeiros de um rigor ainda mais elevado.-----

-----Foi atribuído o estatuto de PME Excelência 2018 a 3 empresas do nosso concelho, sendo elas:-----

- Construções Castanheira & Joaquim, Lda.
- N. Pegado Unipessoal, Lda.
- RAMALPOMBEIRO, CONSTRUÇÕES LDA.

-----Refiro o nome de todas as empresas distinguidas por achar ser importante que a opinião pública saiba o bom trabalho que é feito por estas empresas, pelos seus gestores e pelos seus quadros de colaboradores. Não menosprezando as restantes empresas sedeadas em Arganil, onde se incluem muitas, muito válidas, acho que a divulgação destas como exemplos só poderá contribuir para que no meio empresarial todos implementem melhorias contínuas por forma a que possam futuramente chegar a estas distinções também. O culto do mérito dos bons exemplos julgo eu que só possa somar mais-valias.-----



Assembleia Municipal

-----Acho de igual forma importante fazer nota dos resultados alcançados pelas empresas de Arganil quando comparadas com todos os concelhos limítrofes.-----

-----No somatório das distinções Arganil coloca-se como 3º município mais distinguido imediatamente a seguir a Oliveira de Hospital (19) e à Lousã (15) ultrapassando inclusive Seia (12). Se incluirmos nesta análise o indicador de nº de habitantes de todos os municípios, Arganil coloca-se no topo desta escala.-----

-----Aliando esta análise aos investimentos que este Município está a realizar para melhorar as condições propostas às empresas aqui fixadas e às que se possam vir a fixar, nomeadamente na Zona Industrial da Relvinha, o futuro tem que ser visto com optimismo.-----

-----Recordando um tema abordado há algum tempo nesta Assembleia onde se colocava em questão o valor do nosso tecido empresarial e o apoio deste Município a essas empresas julgo que aqui está a resposta.-----

-----Em Arganil existem Líderes, existem Excelências em número recorde. Está à vista de todos. Factos são factos e contra factos não há argumentos.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** dizendo que “gostávamos de nos associar ao voto de pesar em relação à tragédia de Moçambique; achamos que é possível agora fazer mais, acho que temos uma obrigação moral, se não na resposta directa, de podermos fazer alguma coisa enquanto vila geminada com a Beira, na reconstrução. Não parou agora, já saiu da espuma dos dias da notícia, mas aquela gente precisa da nossa ajuda também agora. Se na ajuda directa houve um comboio de situações organizadas um pouco por todo o país, julgo que o município de Arganil pode ter também um papel importante na reconstrução, e estamos disponíveis para ajudar no que for.-----

-----Em relação às empresas, dar os parabéns aos responsáveis de todas as empresas reconhecidas, nomeadamente numa situação em que partem de uma situação geográfica e circunstancial desfavorável em relação a outros territórios. Os nossos parabéns aos empresários que continuam a lutar, eles são realmente uma mais-valia importantíssima do Município.”-----

-----A Assembleia Municipal exarou um voto de louvor às empresas do concelho distinguidas com o estatuto de PME Excelência e com o estatuto de PME Líder.-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Elisabete Oliveira** para dizer que “tendo a preocupação de ser democrata na gestão do tempo, não poderia deixar de assinalar e referir aqui hoje, de uma forma pessoal mas também em nome da bancada do PSD, assinalar esta data que, como já foi referido, nos permite hoje, estar aqui. Passaram 45 anos. Integro, como bastantes dos que aqui estão, todos os que tiveram o privilégio de herdar as conquistas mas também as possibilidades do 25 de Abril. Tenho que começar por partilhar algo que me trouxe sempre alguma incompreensão, que se relaciona com a indiferença de alguns em relação a esta





## Assembleia Municipal

data mas também, porventura, ainda mais confusão me faz, que tantos continuem a não aceitar que outros que não eles o celebrem. O 25 de Abril é de todos; se assim não fosse, se tivesse um dono, seria uma ditadura e subvertia-se assim o maior e mais importante princípio conquistado naquela madrugada, o da Liberdade. A liberdade só é liberdade quando é de todos, porque a liberdade só é liberdade quando se respira e se vive em democracia. Quando nenhum partido é obrigado a viver na clandestinidade, quando ninguém é perseguido ou obrigado a sair do seu país, por aquilo que pensa ou defende, quando uma mulher tem pleno acesso ao direito de votar, quando a educação e a saúde são verdadeiramente universais e não privilégios de poucos. Tenho também a certeza que todos que aqui estão concordam comigo, quando digo que a liberdade não se conquistou numa noite nem se conquista numa noite, constrói-se diariamente e a democracia também não é um bem que tenhamos por adquirido e que seja irreversível. Não podemos assumir que tudo está feito e mesmo aquilo que foi feito, tem que ser garantido todos os dias. Hoje é, por isso, dia de recordar e celebrar com certeza, mas também é dia de olhar para o futuro e sublinhar as muitas conquistas que temos pela frente. Das muitas que poderia mencionar aqui, dou destaque à credibilidade do sistema político, que é prioritário conseguir alterar e que me parece um desígnio de todos. E por isso há que ter coragem para reformar o sistema político, introduzindo-lhe transparência. Esta deve ser a nossa luta, a luta da transparência e da seriedade, a luta por um sistema que se afaste de amiguismos e imputismos. Há um risco grande, perigoso, e recorrente de desvalorizar estas situações, de procurar justificações no passado; os outros também sabiam; ou ainda de achar que o problema está sempre na lei e, sendo assim, altera-se a lei e resolve-se tudo. Mas não está; os responsáveis políticos têm obrigação de respeitar o funcionamento de organismos autónomos, mesmo quando a sua ação lhes é inconveniente. Têm obrigação de respeitar critérios éticos nas decisões que tomam, nas empresas que contratam, nos investimentos que entendem como prioritários, nas nomeações que efectuam, não para servir interesses particulares, mas para servirem o país. A fraca transparência só serve os menos sérios, os corruptos, e leva à perigosa generalização do são todos iguais, que inibe demasiadas vezes pessoas que sejam sérias, íntegras, e bem-intencionadas de ir para a política. Mas não, não são todos iguais, não podemos ser todos iguais. Como estão hoje os nossos serviços públicos? A saúde? A educação? Temos que ser capazes de olhar para o país para além da gestão corrente e pensar a médio, longo prazo. Temos de deixar de investir em cenários ilusórios e falar a verdade, mesmo quando ela não é mais favorável para a popularidade nas sondagens. Temos de deixar de ignorar problemas tão sérios como a sustentabilidade da Segurança Social. Temos de construir consensos que concretizem reformas acima de trincheiras ideológicas partidárias e que nos levem não às escolhas mais populares, mas às escolhas certas, para a resposta aos desafios que todos temos que enfrentar nos próximos anos. Reformas que nos levem a governar não para as próximas eleições, por favor, mas para as próximas



Assembleia Municipal

gerações. É preciso coragem, sim, e nesta legislatura tenho que admitir e partilhar convosco que, na minha opinião, tem faltado esta coragem. Mas ou é assim, ou temos esta coragem, ou nos divorciamos das pessoas e não honramos o caminho iniciado no dia 25 de Abril de 1974. E não, não estou a falar-vos de uma perspectiva partidária, estou a falar-vos de não perdermos um país, de não perdermos uma geração.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Pinheiro** referindo que “gostava de começar no seguimento da intervenção da deputada Elisabete, para dizer que concordo com tudo o que ela disse; concordo e acho que a nossa obrigação é dignificar a data que vivemos hoje e uma das formas de a dignificarmos é ela ter a importância que nós queremos que ela tenha; a importância simbólica também é relevante. Relembro que não foi há muito tempo que o próprio município de Arganil fazia deste dia uma sessão solene, associada à Assembleia Municipal, e que era muito importante que pudéssemos reponderar, pudesse o executivo reponderar fazê-la e expressar, num momento em que é dada voz aos eleitos aos representantes do povo, no salão nobre da sede do concelho, em sessão aberta ao povo e aos eleitores, e aí é dada dignidade à data, é dada maior relevância que neste momento em termos locais estamos eventualmente a dar. Porquê? Não é preciso ir muito longe, e não é preciso fugir do discurso mais inflamado ou mais partidário, posso até recordar o que foi dito ontem pelo Senhor Presidente da República, professor Marcelo, que falou do 25 de Abril não como uma questão do passado, não como uma comemoração barroca, antiquada, sectária ou partidária, mas sim como um longo desafio futuro; e o desafio futuro prende-se com isso mesmo, não com aquela visão passadista do cumprir Abril, que ninguém sabe muito bem o que é que isso poderá ser em termos concretos, mas sim defender a democracia, defender a liberdade, porque os riscos são reais, acontece pela Europa toda, e estão aqui à nossa porta e veremos qual é que é a expressão deles, já no domingo em Espanha, e de que forma é que nós lidamos com isso, se achamos que é razoável ter tolerância com os intolerantes, eu acho que não.-----

-----Passando para outra questão, Senhor Presidente da Câmara, em Maio de 2017, as obras da requalificação urbana de Arganil foram suspensas, na prática; vai fazer dois anos neste mês; em Abril de 2018 foi apresentado nesta sala um novo projecto, uma nova reformulação e uma nova intenção de intervenção. O que sabemos, neste momento, é que há uma indefinição estratégica em relação à condução desse investimento, que é de grande relevância, que há uma indefinição em relação à compatibilização desse investimento com a intervenção na galeria da Ribeira de Amandos, que há inexistência de informação sobre a eventualidade da reformulação física e financeira da candidatura, da informação sobre a reformulação física do projecto e da sua aprovação, seja na Câmara Municipal, seja da apresentação da sua versão final, há uma indefinição da articulação entre os timings das obras e do seu faseamento, e há também uma matriz de conflitualidade com os agentes que



Assembleia Municipal

participam na construção das principais obras de referência associadas ao mandato do PSD, que se mantém e que se vai perpetuando. Relembro a conflitualidade já existente no caso do Sub-Paço, a conflitualidade existente no caso da obra da Cerâmica, que aparentemente está em vias de ser resolvido, e ainda bem, e agora a conflitualidade real com o empreiteiro, com cartas já trocadas para cá e para lá, e com acusações que são graves, tanto para um lado como para o outro, que indiciam que eventualmente, este processo ainda vai demorar algum tempo. Nós falámos no momento certo sobre as questões do oportunismo eleitoral da suspensão das obras, da associação da postura da Câmara em relação às fragilidades na sua relação com o empreiteiro na questão da apresentação do novo projecto, da questão da assunção de problemas associados ao projecto, existem, é uma realidade, o que não sabemos é o que vai acontecer daqui para a frente e perspectiva-se um ano de 2019 sem definição nesse campo. Gostava ainda de perguntar se já há alguma coisa em relação a isso, para quando é que estão previstas o retomar das obras ou a apresentação do próprio novo projecto.-----

-----Gostava de colocar uma questão que tem a ver com, o Senhor Presidente disse há uns tempos que haveria a eventualidade de reformulação de valores associados a candidaturas apresentadas no âmbito do PARU, e que em consonância com outras de outros municípios, que talvez houvesse oportunidade de candidatar o Teatro Alves Coelho nessa nova leva; gostava de saber em que ponto está isso.-----

-----Gostava ainda de perguntar se está em discussão pública a proposta de Plano de Pormenor para ampliação da Zona Industrial da Relvinha; saiu o Edital e eu tentei consultar o projecto no site como diz no edital e não encontrei; gostava de saber se é uma gralha, ou se foi culpa minha não o ter encontrado.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **António João Lopes** dizendo que “na continuação destes louvores ao 25 de Abril, eu concordo com todos e faço votos para que essas promessas, esses desejos, sejam concretizados, progressivamente.-

-----Como me prende muito o desenvolvimento tecnológico de Arganil, lembro ao município que há um Regulamento de União Europeia, o 1511, de 2012, que se refere fundamentalmente ao apoio à agricultura de montanha; o Instituto Superior Agrário de Bragança, tem já vários projectos nessa área incluindo alguns deles com o município de Oliveira do Hospital; era conveniente que Arganil tentasse aproveitar esses benefícios.-----

-----Quero louvar o município de Arganil porque agora realmente encontrou forma de dar apoio ao rebanho que se está a formar nos Cepos, que produz riqueza a partir de produtos que habitualmente alimentam os incêndios; por isso, foi pena que aquele projecto inicial do Piódão tivesse sido transferido para uma zona mais sul da Beira, junto ao Tejo, pois aqui podia ter sido um grande iniciador das actividades de protecção contra os incêndios e criação de riqueza.-----



Assembleia Municipal

-----Outro aspecto que lembro, dado haver agora contactos com o Instituto Superior Agrário de Coimbra, propunha que o município estabelecesse condições ou formas de haver intercâmbio entre esse instituto e a Cooperativa Agrícola.-----

-----Outro, seria no sentido do Instituto Superior Agrário poder dinamizar o conhecimento de árvores ou plantas mais características ou mais resistentes às condições naturais; no caso de termos geadas prolongadas existem plantas mais adaptáveis a essas situações naturais; pedia que a Câmara promovesse junto do Instituto a divulgação daquelas árvores e plantas mais significativas, com melhor rendimento, perante as condições naturais que temos.-----

-----Lembrava também que o Instituto Superior Agrário de Coimbra podia dar um bom contributo para a substituição do glifosato, um produto extremamente agreste para o ambiente, nocivo, já foi proibido em vários países do Mundo, por isso era capaz de, como solução do ambiente, ser uma boa solução.-----

-----Outro aspecto que me parece interessante e que deveríamos debater, é que a paragem que se deu na melhoria da E.N. 342, é perfeitamente incompreensível; já li em vários jornais, inclusive no boletim municipal, o argumento que é perfeitamente incompreensível para qualquer técnico; então começa-se uma obra sem se fazer o projecto, ou diz-se que agora tem que se fazer outro projecto, e dá-se tempo até Novembro para fazer novo projecto e depois recomeçar as obras? Parece que isto cheira mesmo a que não voltam a fazer obras nestes anos mais próximos.-----

-----Outro aspecto de salientar, quero dar os parabéns à União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra porque na próxima festa Cerdeira Convida, inclui aspectos relativos ao aproveitamento do mel; é um caminho extremamente interessante e com possibilidades de riqueza.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para “informar que o senhor deputado António João Lopes deu entrada de duas moções para serem votadas no final deste periodo Antes da Ordem do Dia; eu iria ler e depois peço aos serviços para distribuírem.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** leu a Primeira Moção, relativa ao 25 de Abril.-----

-----O Senhor **Primeiro Secretário** leu a segunda Moção, relativa ao Transporte Público.-----

-----Estas duas Moções foram distribuídas a todos os deputados municipais e fazem parte dos anexos da presente acta.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu ainda que “passaremos à votação destas duas Moções no final do periodo Antes da Ordem do Dia. Julgo que, relativamente a esta Moção do direito ao transporte público, depois podemos discutir o assunto; não sei se o senhor deputado António João Lopes se oporia, mas



Assembleia Municipal

ela poderia ser remetida à Câmara Municipal, para análise das propostas que aqui são feitas.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “vale a pena dizer que naquilo que tem a ver com as competências municipais, enquanto entidade de transportes, essa competência, como se recordarão, foi delegada na Comunidade Intermunicipal, algo que aconteceu com todos os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, à excepção de Coimbra, que se manteve numa situação autónoma. Aquilo que decorre deste processo, nomeadamente dos apoios do Estado para as áreas metropolitanas, de Lisboa e do Porto, que são o grosso da fatia, vai para essas duas áreas metropolitanas e depois há alguns valores muito mais reduzidos, que são também transferidos para as Comunidades Intermunicipais. A deliberação da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra foi no sentido de acautelar e de concretizar uma redução do preço dos passes em 30%; essa foi a deliberação assumida por unanimidade na Comunidade Intermunicipal e parece-me que aquilo que está na Moção não acrescentará muito àquela que foi a decisão assumida.”-----

-----Naquilo que tem a ver com esta rede intermunicipal, naquilo que tem a ver com a região de Coimbra, há questões muito mais críticas, essas sim, do que a linear redução do preço do passe. Naquilo que tem a ver com Arganil, vale a pena dizer que a população que está em idade escolar e é uma deliberação que já foi assumida há uns anos atrás, vai no sentido de assegurar a gratuitidade a toda a população escolar do concelho; essa medida já está implementada no nosso território.”-----

-----Naquilo que tem a ver com a mobilidade intermunicipal, há questões críticas: o exemplo que dou tem a ver com a circunstância da integração com o caminho-de-ferro, o comboio, em que, pela circunstância da tipificação que existe de Coimbra relativamente à rede ferroviária, faz com que esta integração seja quase impossível. Nós estamos a falar de comboios regionais, que passam em Coimbra, uma simples ligação para Aveiro é considerada uma ligação regional, se for para o Porto está sempre com esta tipificação, por incrível que pareça, o cidadão que vai de Aveiro para o Porto, já vai numa tipificação suburbana, situação muito diferente.”-----

-----Falando nas questões práticas, há situações que têm a ver com a integração de todos estes meios e também com a integração com o Sistema do município de Coimbra porque desta redução resultaram algumas situações pouco confortáveis, do género, por exemplo, de um cidadão que vive em Ceira e que vai para Coimbra paga um passe de 40 euros mas se esse mesmo cidadão residir em Miranda do Corvo, já paga um passe de apenas 30 euros. Está bom de ver o que vai acontecer com estes cidadãos de Ceira, certamente vão passar a comprar o passe em Miranda do Corvo. Há estas questões ainda para limar, contudo, no que tem a ver com a redução tarifária, ele está já concretizado.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dizendo que “de forma a não comprometer aquilo que foram as decisões que a Assembleia Municipal tomou em matéria de delegação de competências, se estiverem de acordo, esta Moção seria encaminhada para o executivo camarário, para analisar as propostas nela plasmadas e depois seria objecto de intervenção do executivo camarário, junto da Comunidade Intermunicipal, se assim se justificar.”-----

-----O senhor deputado **António João Lopes** perguntou ainda se “a redução de 30% foi já aceite? Já está a funcionar? Para uma pessoa que tenha um passe de 80€ já desconta 24€? O que foi determinado em lei é que era a partir de Abril; em Abril passavam os passes municipais para 30 euros e para 40 euros os intermunicipais; isso não é exequível por agora?”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “não, do ponto de vista prático e técnico, naquilo que tem a ver com toda a abrangência da CIM, não é viável e digo-lhe porquê; pondo as coisas do ponto de vista da caracterização, aquilo que temos hoje na área metropolitana de Lisboa e do Porto, é a plena integração de todo o Sistema, quer seja rodoviário, quer seja ferroviário, quer naquilo que tem a ver com o Metro, e o cidadão, não tem que estar preocupado se está a viajar na Carris, ou no Metro, ou noutro operador qualquer; este Sistema, naquilo que tem a ver com a plataforma informática, para gerir a distribuição não só do encargo do transporte mas também aquilo que tem a ver com a receita dos passes, foi já concretizado em Lisboa e no Porto. No caso das Comunidades Intermunicipais, é um processo que está muito mais atrasado. Apesar de sermos um território mais diminuído, do ponto de vista da densidade populacional, e falo da região de Coimbra, há, contudo, uma multiplicidade muito grande de operadores que fazem transporte rodoviário, não são só as tradicionais rodoviárias, temos um conjunto de operadores privados muito alargado. Para além daquilo que tem a ver com a integração com a CP e aí é um problema crítico, também os serviços municipalizados dos transportes urbanos de Coimbra é outra situação. Esta integração, do ponto de vista tecnológico, ainda não aconteceu e não permite uma solução do tipo daquela que foi agilizada em Lisboa e no Porto; foi a decisão possível, a que foi assumida pelo Conselho Intermunicipal da CIM, no sentido de concretizar uma redução do preço dos passes em 30%, e que já está em vigor.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Luis Gomes** referindo que “o assunto que quero aqui abordar está relacionado com a obra da E.N.342; o deputado António João Lopes já abordou o problema mas eu queria referir que a situação da obra é caricata; aliás, é uma situação, penso eu, a que já fomos habituados pelos Governos Socialistas; já no tempo do Senhor Secretário das Obras Públicas, Paulo Campos, também com pompa e circunstância, aqui neste salão nobre, foi feito um show-off para o novo traçado da E.N.342, que não saiu do papel e que não se



## Assembleia Municipal

concretizou no Governo socialista. Quanto à E.N.342, a situação é semelhante, também com pompa e circunstância veio o Senhor Secretário de Estado das Infra-estruturas, vieram altos representantes da Infra-estruturas de Portugal, anunciar aqui neste salão nobre, com pompa e circunstância a adjudicação da obra, com prazo de 180 dias para a sua concretização. Os 140 dias já lá vão, a empresa que começou a obra já levantou ferro e estamos nesta situação caricata como referiu o deputado António João Lopes; lança-se um concurso sem haver a preocupação se na obra a realizar está o caderno de encargos, em conformidade com a situação que o empreiteiro vai encontrar. A justificação dada, que não sei concretamente qual foi, penso que não abona nada a intervenção que o Partido Socialista quer ter em matéria de infra-estruturas nesta região, o protagonismo que quer ter. É preciso não esquecer que o senhor deputado Manuel Augusto, na última reunião, e eu permito-me ler o que afirmou, não deixa de ser interessante verificar que isto é tudo um bluff, um show-off; disse o senhor deputado Manuel Augusto Rodrigues: *é preciso sublinhar a contribuição do sublinhar a contribuição do ex ministro Pedro Marques, no projecto que já tinha aqui abordado anteriormente, que foi no Governo do Partido Socialista que se fizeram as maiores obras de desenvolvimento do Interior, nomeadamente da nossa região. Queria referir-me à EN 342 que está a ser executada, entre Arganil e Côja, e que me parece, contrariamente àquilo que foi dito na altura, quando foi conhecido o valor da obra, de que seria um simples repor de um pequeno tapete por cima do que estava; o Senhor Presidente do executivo, na altura, disse aqui na Assembleia que era apenas repor o pavimento e fazer as valetas em cimento; aquilo que estamos a verificar é que as zonas de maior degradação, e são extensas, pois passo lá todos os dias e vejo, são escavadas com uma profundidade de cerca de 60 a 70 centímetros, é repostos um pavimento compactado e depois a obra vai ficar julgo que por uns bons anos. E a camada de alcatrão que está a ser constituída e eu apercebo-me em Côja que ultrapassa os sete centímetros de espessura, por isso não é assim uma obra tão simples como isso.* Agora pergunto-lhe: então porque é que a obra foi interrompida? Que é que se passa? Isto é um show-off, porque a obra, se não fosse também a intervenção feita pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido dela ser acelerada, ela projectava-se para altura da campanha eleitoral que vai ocorrer este ano. Com esta reformulação e o novo concurso que vai haver, caímos também na altura da campanha eleitoral. Nem há obra, porque ela devia estar já concluída, e já saía um bocadinho fora do contexto da campanha eleitoral. Acho que tudo isto é caricato. Devia ser dada uma explicação concreta, por parte da entidade que adjudicou a obra e até do próprio Governo; isto não cai bem; não vamos em ilusões, porque já cá andamos há muito tempo, com os olhos bem abertos, e verificamos que não saímos deste show-off. Eu estou a referir-me ao Governo Socialista, esta situação foi suficientemente bem explicada e creio que não há dúvidas quanto a isso. Só queria deixar esta crítica e não sei se o Senhor Presidente da Câmara pode acrescentar algo que dê uma explicação mais concreta sobre este assunto, porque entendo que isto é caricato e



Assembleia Municipal

estou de acordo nem sempre estamos de acordo, estou de acordo com o senhor deputado António João Lopes, nesta matéria.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “tinha uma questão para colocar ao Senhor Presidente: tenho passado para a Benfeita semanalmente e verifiquei que, ao longo da colocação do tubo de abastecimento da água à Benfeita, verifico umas “golas” em inox e queria questionar para que é aquilo; julgo, pelos conhecimentos que tenho, que será uma maneira do ar nas canalizações possa desaparecer; julgo que será essa a resposta que o Senhor Presidente me irá dar.”-----

-----Queria lembrar que no anterior executivo eu e os meus vizinhos do bairro estivemos presentes numa reunião de Câmara aberta ao público, onde reclamámos da falta da água na nossa zona e eu, várias vezes disse que o contador, quando havia problemas de falta de água, corria a velocidade astronómica; o Senhor Presidente, na altura Vice-Presidente, disse que não e mandou-me inclusivamente um estudo de empresas que têm material desse; efectivamente, verifiquei que isso está descrito e a prova parece-me evidente agora, com a colocação desses “gargalos” ao longo do trajecto da tubagem para a Benfeita.”-----

-----Em relação ao problema que o deputado Luis Gomes se referiu a mim, tenho pena que ele não tenha lido também a resposta do Senhor Presidente do executivo, que não foi concreta, relativamente à reunião que tinha tido previamente, limitou-se a dizer que está em discussão, estão a resolver-se alguns problemas. O senhor deputado teve o cuidado de ler na íntegra a opinião que dei nesse dia, mas aos show-off, já estamos habituados há alguns anos a esta parte. O senhor deputado Luis Gomes se calhar esquece-se de muitas coisas, enquanto ele era membro do executivo desta autarquia, promoveu e que ficaram para trás; não vou citar nomes, limito-me só a dizer que ele deve lembrar-se dessa situação.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Fernanda Pacheco** para “dar nota de dois eventos que se vão realizar na nossa vila, no próximo mês de Maio; o primeiro, diz respeito à Feira Medieval, que penso que já é do conhecimento de todos vós, vai realizar-se nos dias 3 e 4 de Maio; é um evento que se realiza pela décima vez na vila de Arganil, organizado pelo Agrupamento de Escolas de Arganil e pela Câmara Municipal. Este ano aborda o tema dos Esponsais Senhoriais e pretende assinalar e celebrar o casamento entre Fernão Rodrigues Redondo e Marinha Afonso, de Arganil, que foram os fundadores da Capela de S. Pedro. Vai celebrar-se não apenas o contrato nupcial mas também todas as cerimónias festivas que antecedem o acto do casamento, evidenciando todas as mercadorias, manjares, actividades económicas, edilidades, das gentes de Arganil. Haverá animação de rua, como é habitual, e jogos medievais, sendo também um espaço dedicado à mostra e venda de produtos artesanais e regionais.”-----





## Assembleia Municipal

-----O outro evento tem a ver com o Festival Cinedita, também ele organizado pelo Agrupamento de Escolas, com o apoio da Câmara Municipal de Arganil. Este é um concurso de curtas-metragens, realizado em âmbito escolar de nível Secundário e Universitário, e vai decorrer no próximo dia 10 de Maio, na Cerâmica de Arganil, sendo já a quarta edição deste Festival. Ele teve origem em sala de aula, no ano de 2016, onde foi proposto aos nossos alunos de multimédia que criassem um festival de curtas-metragens, tendo na primeira e segunda edição contado com a parceria na organização, de uma Associação bem conhecida de Arganil, que é a Associação Juvenil CUME. Desde então o Cinedita tem-se realizado no âmbito dos cursos profissionais de técnico de multimédia e técnico de vídeo, envolvendo os alunos do Agrupamento na produção do Festival, e tem como objectivo estimular a cultura cinematográfica na Região Centro, promover o intercâmbio cultural, promover e preservar o património cultural de Arganil, promover o empreendedorismo e potenciar a troca de experiências entre os participantes, que têm vindo de diferentes pontos do nosso país. Este Festival e outras iniciativas que se têm realizado, contribuem para a concretização da missão do nosso Agrupamento, o Agrupamento de Escolas de Arganil, que é educar e formar cidadãos críticos, responsáveis e empreendedores, dotando-os de competências essenciais para a integração na vida activa e na comunidade.-----

-----Finalizo, reforçando que estes eventos, à semelhança de todos os que já se realizaram, e outros que virão a realizar-se na nossa vila, contribuirão para a dinamização e dar vida à nossa vila de Arganil.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Joana Ribeiro** para dizer que “no final do mês de Fevereiro, assistimos ao anúncio, por parte do governo do PSD, de que a Avenida principal de Arganil se encontrava em risco, qual premonição do que têm sido os últimos 13 anos de governação deste concelho, e que apenas nos tem conduzido a uma perda de centralidade demarcada por interesses egoístas que visam a manutenção do pequeno poder. Contudo, não é sobre esta matéria que me quero debruçar; é sim sobre a Rua Dr. Luis Caetano Lobo, junto ao CAJ, a qual foi condicionada ao trânsito, após os tristes acontecimentos de Borba. Nessa rua, cujo estacionamento está condicionado e antes, a circulação também, não existe muro de suporte; muro este, fundamental, para a estabilização de terras e de proteção da estrada. Sabemos também que esse muro estará relacionado com a urbanização do Sub-Paço, que, se nos recordamos, faz parte de um projecto aprovado pelo anterior executivo camarário do PSD. Afinal, quando foi vendido o Loteamento em causa para a construção? A quem cabia a responsabilidade de construir o dito muro? Depois, que obrigações impelem sobre a empresa responsável pela urbanização, relativo ao espaço público? E, já agora, quais os contornos em que foi aprovado o referido projecto de construção?-----

-----Termino dizendo que o estado em que se encontra a vila de Arganil é o reflexo do que se passa no concelho: sem muro, sem rumo, sem estratégia, sem projectos



Assembleia Municipal

mobilizadores, e vivendo uma ilusão, que não será porventura a do actual Presidente da Câmara, mas que é um fardo do qual não se tem conseguido emancipar.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **André Vicente** para dizer que “o executivo reconheceu já desde o início do mandato a necessidade de intervir na Zona Industrial da Relvinha, que é um ponto fundamental para a dinâmica empresarial, económica e, conseqüentemente, social do nosso concelho. Essa mesma intenção manifestada aquando da apresentação e discussão das GOP para 2018, projectando um investimento superior a 1 milhão de euros, foi algo que tive oportunidade de realçar na intervenção que fiz nessa sessão da assembleia municipal.”-----

-----A obra da parte Oeste foi adjudicada segundo as normas da contratação pública e está em execução, pelo que é visível. A minha primeira questão prende-se com isso mesmo, no sentido de perceber qual o andamento dos trabalhos.”-----

-----Em relação à parte Este, no passado dia 27 de Fevereiro, o executivo apresentou precisamente aqui no Salão Nobre, o projecto que tem em vista a ampliação e requalificação dessa zona, num investimento a rondar os 640 mil euros. De acordo com as regras de contratação pública, tendo sido publicado em diário da república nesse mesmo dia, 31 de Março era o último dia para apresentação de propostas, pelo que a minha segunda questão é qual o ponto de situação relativamente a esta matéria e se as perspectivas que se projectavam nessa altura da obra se iniciar em Setembro caso não houvessem imprevistos, se mantêm.”-----

-----Na sequência da intervenção do sr deputado António João Lopes em relação ao glifosato, queria perceber melhor a posição do executivo relativamente a essa matéria que é alvo de grandes debates. Eu acredito que não seja usado até porque há cerca de 2/3 anos o BE questionou directamente todas as autarquias e a resposta na altura de Arganil foi negativa mas gostaria só de confirmar se isso se tem mantido e se é regra.”-----

-----A Quercus lançou em 2014 uma campanha designada “Autarquias sem Glifosato”, desenvolvendo um trabalho de sensibilização para os impactos dos herbicidas e disponibilizando alternativas que poderia ser interessante o município de Arganil e todas as juntas de freguesia do concelho integrarem, à semelhança do que aconteceu com as freguesias de Arganil, Pombeiro da Beira e São Martinho da Cortiça que já estão no mapa dos subscritores e que eu saúdo por isso.”

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Teixeira** referindo “Exmo. Senhor Presidente, desde já peço desculpa e peço-lhe que me permita interpolá-lo por um assunto que, na verdade, não será tanto da sua responsabilidade como é dos anteriores executivos mas, ainda assim, como deverá ser do conhecimento de sua Ex.<sup>a</sup>, na Rua Ramiro Castanheira Jorge, comumente conhecida como Rua do Cemitério, encontra-se uma obra em estado de suspensão, devido a embargo, se não estou em erro, acerca de 18 anos. No terreno em questão, encontram-se



Assembleia Municipal

permanentemente aquilo que parece ser um estaleiro, visto que é composto por materiais de construção, como tijolos, cimento, arames, armações em ferro, e utensílios como betoneiras, pás, bem como lixo variado. Tendo em conta a contrastante inactividade da obra, com a agitada utilização do estaleiro em causa, isto leva-me a deduzir que este se encontra, neste momento e desde o período em que a obra foi embargada até ao momento presente, ao dispor da empresa do empreiteiro, para usufruto geral, não se destinando em particular à construção ou à finalização de obra nenhuma. Ora bem, a existência deste estaleiro nestas condições, é algo que, como o Senhor Presidente compreenderá, afecta a qualidade de vida dos moradores em geral, da vila, e em particular os daquela rua, sendo fonte de poluição sonora, visual, e perturbando a paz e até a privacidade, se assim quiser, dos moradores. Queria então questioná-lo acerca da situação jurídica em que aquele terreno se encontra, a quem é que está concessionado e quais é que são os planos do executivo para uma pronta resolução do problema. Faço notar que a gravidade é acrescida pelo facto de se tratar de uma situação que já se prolonga há muito tempo e que não dá mostras de vir a ser tratada com brevidade, daí que os moradores da rua começam a ficar exasperados e sem paciência ou grande alento.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Christophe Coimbra** dizendo “quero nesta minha segunda intervenção dar nota da minha perplexidade ao ler o artigo no espaço destinado à oposição do boletim Municipal do mês de Março.-----

-----Segundo o artigo assinado por dois dos vereadores do Partido Socialista, conseguimos ficar a saber que a vinda do Rally de Portugal para a zona centro se deve apenas a dois factores, sendo eles:-----

-----1º a saída de três municípios do Norte;-----

-----2º Ao Automóvel Club de Portugal e à Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal, organismos que foram os grandes catalisadores e os grandes agregadores de vontades para que este regresso se efectivasse.-----

-----Não é que não concorde que estes dois pontos são efectivamente parte do processo, são é um facto, mas expliquem-me então o seguinte:-----

-----A marca Arganil no mundo dos rally's do ponto de vista do Partido Socialista de Arganil vale zero?-----

-----A zona centro no geral e o nome de Arganil em particular surgem por acaso? O executivo deste município nada fez?-----

-----O que é que leva então o presidente do ACP, Carlos Barbosa, a ser citado em diversos meios de comunicação social, entre os quais a Comarca de Arganil, o Diário as Beiras e o Diário de Coimbra da seguinte forma:-----

---“foi o presidente de Arganil o mais chato para que o rali voltasse aos palcos da serra do açor”-----

---“Carlos Barbosa atribuiu parte do mérito do regresso da prova à persistência e vontade do presidente da Câmara de Arganil”-----



Assembleia Municipal

---“o regresso ao Centro não foi fácil de acertar com a federação internacional, valendo para o efeito a “enorme Vontade” que o município de Arganil foi mostrando ao longo dos últimos anos (...)”-----

-----Já na apresentação Rali de Portugal na Bolsa de Turismo de Lisboa, com o natural envolvimento do Turismo do Centro de Portugal foi dado amplo destaque ao papel de Arganil em todo este processo.-----

-----As entidades referidas pelo PS de Arganil como os grandes catalisadores e agregadores de vontades para que o regresso do rally de Portugal à zona centro fosse uma realidade são claros ao afirmar a importância do nosso Município neste processo. Já a nossa oposição não o consegue reconhecer.-----

-----Casualidades por certo.-----

-----Vejamos ainda declarações da Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal de Góis, Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Castanheira que durante uma intervenção sua afirma o seguinte:-----

---“obrigada especialmente também ao colega de Arganil, ao Luís Paulo que foi aqui o grande mentor, o grande entusiasta, na minha modesta opinião. Foi de facto a pessoa que mais nos motivou e acho que é de justiça, fazer-se o agradecimento a quem muito se envolveu (...)”.-----

-----Só para o devido enquadramento, convém lembrar que a pessoa em questão está em exercício de mandato, eleita pelo PS.-----

-----Não passará de outra casualidade por certo.-----

-----Estas casualidades não existiriam, tenho a certeza, se nesta negociação estivesse envolvido um qualquer ministro ou secretário de estado da nossa governação. Aí todos os méritos seriam inevitavelmente do Partido Socialista.-----

-----Já tivemos oportunidade de ouvir nesta Assembleia a opinião expressa por um membro da bancada socialista que todas as obras significativas desta região são responsabilidade do Partido Socialista. Também aqui me parece que só há duas hipóteses, ou é obra do PS ou não é conquista que se deva ao trabalho de alguém.--

-----O que escrevem como “corrida desenfreada às assunções de protagonismo” parece-me sim um normal reconhecimento daqueles que acompanharam de perto o trabalho de todos os envolvidos e que têm a humilde capacidade de reconhecer o mérito a quem o tem.-----

-----Acho que o regresso do campeonato do mundo de rallys a Arganil é algo que todos desejávamos independentemente do quadrante político ou do gosto pelos desportos motorizados. Devemos todos congratular-nos com essa conquista e trabalhar em conjunto para que seja um evento épico. Não é o executivo do município que fica a ganhar, nem tão pouco o PSD, é Arganil.-----

-----Porque há questões que reconheço que nos devem preocupar, pego num ponto deste artigo da oposição que reconheço como válido para questionar o Sr. Presidente da Câmara acerca do seguinte:-----

-----Que ações estão a ser desenvolvidas ou pensadas a fim de elevar a promoção deste evento para que o mesmo perdure no tempo e que possamos maximizar os



Assembleia Municipal

efeitos deste no nosso território. Atendendo ao facto de Arganil receber o parque de assistência do dia 31 e de aí estar concentrada uma enormidade de meios de comunicação social, está pensada alguma ação extra rally que procure “promoção gratuita” do nosso território?-----

-----Outra questão que julgo importante é tendo em conta que neste período em que o rally esteve afastado da nossa região, muito se alterou do ponto de vista da segurança neste tipo de eventos. Prevendo o regresso de muitos aficionados que há largos anos não participam nestes eventos, e que ainda recordam tempos em que quase tudo era permitido, tendo em conta que a salvaguarda da segurança é fundamental para que futuras edições possam ser uma realidade, questiono se está pensada alguma publicitação adicional com vista ao acautelar desta situação como por exemplo a divulgação do plano de segurança ou algo semelhante. Isto para tentar salvaguardar de igual modo que as pessoas possam ficar informadas de onde poderão ou não circular num dia em que a afluência será obrigatoriamente muito grande, pois tão importante como a espectacularidade dos nossos troços é a capacidade de lá colocar os espectadores para que possam assistir e obviamente em segurança.-----

-----Termino reforçando o meu agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara e seu executivo por tornar este desejo uma realidade e pedir-vos que trabalhem como bem sabem para que este evento marque de forma grandiosa a nossa terra. Obrigado!”---

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Miguel Dias** referindo que “venho falar no âmbito da Proteção Civil Municipal, primeiro sobre o cumprimento do financiamento protocolado entre a Autoridade Nacional da Proteção Civil, que pagaria 50% às Associações Humanitárias dos Bombeiros do concelho, e a Câmara Municipal de Arganil outros 50%. Este Protocolo foi assinado em Fornos de Algodres, no passado ano de 2018. Dada a criação das duas EIP, as duas Equipas de Intervenção Permanente, estas Associações de Bombeiros reclamam o pagamento atempado das despesas que suportam mensalmente com salários, segurança social, seguros de acidentes de trabalho, e medicina, higiene e segurança no trabalho, na proporção de 50% da responsabilidade do município de Arganil, referentes às suas Equipas de Intervenção Permanente, não dispondo estas de fundo de maneiio para fazer face ao compromisso assumido com o município, o que é urgente. Pela informação que me foi dada, sabe-se que a Autoridade Nacional de Proteção Civil paga os seus 50% atempadamente e, pela mesma informação que me foi dada, a Câmara de Arganil está a pagar com dois ou três meses de atraso, o que origina a situações bastante graves de pagamento.-----

-----Segundo ponto, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se pode, de alguma forma, garantir disponibilidade financeira para que as Associações Humanitárias dos Bombeiros do concelho fazerem face às despesas com a aquisição de EPI, que são os Equipamentos de Proteção Individual, que se encontram em falta nos respectivos corpos de bombeiros. Estamos a falar de cerca



## Assembleia Municipal

de 550 euros por conjunto, que é composto pelas calças florestais, o dólmen, botas, luvas florestais, capacete, camisola interior, etc. Equipamentos imprescindíveis e obrigatórios para que os nossos bombeiros possam desempenhar as suas funções em segurança. Os cinco elementos da EPI, salvo erro, custam 2.700€, mas depois deveria multiplicar-se isto, nas duas corporações, por talvez mais 45 bombeiros. Pelo que me foi dito, a maior parte do equipamento que eles actualmente utilizam está já gasto, já não está correcto para uso.-----

-----Terceiro ponto, seguros automóveis, saber se o senhor Presidente tem em vista ou já ponderou a ajuda financeira às Associações Humanitárias devido aos elevados montantes que elas despendem anualmente com a manutenção das suas apólices de seguro. Segundo o que consegui apurar, rondam aproximadamente os 13 mil euros, valores incomportáveis para a tesouraria de qualquer uma das Associações. Considerando que se tratam de seguros obrigatórios para os veículos de protecção e combate a incêndios, desencarceramento, limpa-neves e ambulâncias, os quais não têm qualquer comparticipação financeira das autoridades com responsabilidade na Protecção Civil. Esta é uma situação que as outras autarquias à nossa volta cobrem, portanto penso ser um pedido pacífico à Câmara Municipal de Arganil.-----

-----Sobre os financiamentos previstos para a Protecção Civil e Associações Humanitárias do concelho, aprovados em Dezembro passado, e inscritos no Orçamento municipal para o ano em curso, saber se o Senhor Presidente está receptivo ao adiantamento destas importâncias às duas associações humanitárias do concelho, nomeadamente o subsidio destinado a investimentos, com a importância inscrita de 10 mil euros e o valor do subsidio destinado a despesas correntes com a importância inscrita de 11 mil euros.-----

-----Por fim, em relação aos pedidos efectuados pelas duas Associações Humanitárias de Bombeiros do concelho, referindo-se a apoios financeiros para obras nos seus quartéis e secções, o Senhor Presidente poderá informar se o executivo já tomou alguma decisão sobre esta matéria, nomeadamente: Quartel de Pomares – obras de recuperação do quartel da 5ª secção de Pomares, para reactivação com vista à colocação de uma equipa de 1ª intervenção e/ou socorro, que servirá o alto concelho como complemento ao quartel sede de Côja; Quartel sede de Côja – obras de remodelação dos balneários, instalações sanitárias, vestuários do pessoal feminino e masculino ao serviço do seu corpo de bombeiros e ainda extensão da cobertura do parque automóvel exterior de delimitação de zona de estacionamento e colocação de sistema automático para abertura e fecho do respectivo acesso.-----

-----Para finalizar, lembrar que o quartel de Côja foi criado e preparado para 10 homens; hoje dispõe de 21 funcionários, homens e mulheres e, a partir de 15 de Maio até 15 de Outubro, irá ter em média mais 15 bombeiros, também homens e mulheres; não há condições para manter a operacionalidade durante o ano e ainda menos este periodo da época de fogos.-----



Assembleia Municipal

-----Quero ainda convidar-vos para estarem presentes no 11º Encontro das Fanfarras no dia 19 de Maio, em Côja.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Inês Borges** para falar de “dois eventos decorridos no passado dia 20, um deles a Páscoa na Vila, dinamizado pelo Município de Arganil, em que este ano só tivemos possibilidade de um dia, devido às condições meteorológicas, tal como no dia de hoje, onde contou com muita animação de rua, a promoção e degustação dos produtos endógenos, animação infantil e muita música.”-----

-----Também decorrido durante a noite, o evento Arganil Rock, mais uma vez as 3 Associações Juvenis do concelho associaram-se para animação deste evento. Salientar também o contributo este ano para o parque social para a APPACDM.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Margarida Figueiredo** para dizer que “neste dia tão bonito e tão cheio de significado, em que se comemoram os 45 anos de liberdade, não posso deixar de recordar que vivi o 25 de Abril de 1974 na nossa vila de Arganil, frequentava então a antiga Escola Secundária. Hoje, passadas quatro décadas e meia, tenho o privilégio de estar presente nesta Assembleia vivendo, sublinhando e saudando a democracia, dando voz ao povo, exactamente porque vivemos e soubemos manter no tempo a madrugada de Abril. É essa voz do povo que trago aqui, e como diz a canção, em cada rosto a igualdade e o povo é quem mais ordena, gostaria de alertar para um problema que pode até parecer insignificante, sobretudo para quem decide a partir dos gabinetes, mas que está a dificultar a vida das gentes da minha aldeia, dos filhos da terra e dos amigos que gostam de visitar Vila Cova do Alva, uma das mais belas aldeias de xisto do concelho de Arganil. Falo, Senhor Presidente, do Expresso da Rede de Expressos da Rodoviária, que faz a ligação a Lisboa e que ainda é utilizado para as deslocações para Vila Cova do Alva durante o fim-de-semana. Há algum tempo, e apesar de em Vila Cova estar sinalizada uma paragem, os vilacovenses vêem-se privados de entrar ou sair nesta localidade, tendo que se deslocar, através de táxi, e pagando um excesso, para as povoações vizinhas, Avô ou Barril de Alva, porque o autocarro não faz escala em Vila Cova, mesmo que os passageiros tenham adquirido previamente o respectivo bilhete, através da compra on-line. Porque esta situação é altamente penalizadora para os habitantes de Vila Cova e para todos os que nos querem visitar, apelo ao Senhor Presidente que interceda junto da Rede de Expressos, para que esta decisão seja revertida e o autocarro passe, de novo, a ter Vila Cova do Alva como ponto de paragem.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada municipal **Maria José Silva** para “registar e reforçar o orgulho pelo facto da aldeia histórica do Piódão ter sido distinguida com o prémio Portugal 5 Estrelas de 2019, na categoria de Aldeias e Vilas. Este volta a ser considerado um símbolo da região e um destino de excelência em Portugal. Trata-se



Assembleia Municipal

de uma votação on-line, que se recebe por nós com muito orgulho, sinal de que se está a desenvolver um bom trabalho, trabalho sólido e com estratégia, e que o concelho é considerado bom anfitrião.-----

-----Aproveito esta ocasião para questionar o município acerca do ponto de situação das obras que estão a decorrer no Piódão, no largo principal.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Afonso Ferreira** para “dar nota de outro evento que vai acontecer em Arganil, no fim-de-semana de 4 e 5 de Maio, Arganil vai receber o Encontro Nacional de Natação do escalão Infantis. Arganil foi seleccionada pela Federação Portuguesa de Natação, que é para nós um orgulho porque entre tantos municípios, fomos nós os seleccionados. No entanto, o município de Arganil fez o seu trabalho, isto não acontece por acaso, e vendo aqui reconhecido todo o trabalho que tem feito no âmbito da natação; em Março foi entregue ao município de Arganil à Escola Municipal de Natação de Arganil a certificação de nível II, facto que lhe permitiu também esta escolha por parte da Federação Portuguesa de Natação. É importante até pelo número de pessoas que irá mobilizar, vai ser um fim-de-semana em que vamos receber muitas pessoas de todo o país e é um evento de que nos devemos orgulhar; o trabalho está feito e penso que com trabalho consegue-se atingir alguns objectivos interessantes; penso que este será muito interessante e vamos tentar acolher bem as pessoas quando vierem a Arganil.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “relativamente à intervenção da senhora deputada Elisabete Oliveira, quero associar-me plenamente a tudo aquilo que disse e diria mesmo que estou disponível para assinar por baixo literalmente tudo aquilo que referiu.-----

-----Em relação às questões que foram suscitadas pelo senhor deputado Miguel Pinheiro, relativamente à requalificação da vila de Arganil, quero refutar aquilo que foram as suas conclusões, que me parecem manifestamente, pelo menos não estão correctas nem são reais; naquilo que tem a ver com as adjectivações que fez, de indefinição, de inexistência, de coisas do género, vou passar informação porque me parece que é isso que será mais útil para os senhores deputados. A questão da requalificação urbana da vila de Arganil, como todos já sabem, confrontou-se, em determinado momento, com a circunstância do estado da galeria hidráulica da Ribeira de Amandos. Trata-se de uma intervenção que, pela pesquisa histórica que fizemos, foi construída em dois momentos, foi um assunto muito debatido no concelho, está bem plasmado, de uma forma muito vincada, nas notícias de então publicadas na Comarca de Arganil, e que resultou no financiamento, por parte do Estado, através da Direção Geral da Hidráulica, no financiamento integral desta intervenção. Volto a dizer, foi uma intervenção em duas fases, as duas fases foram financiadas integralmente pelo Estado Central. Nós temos, como também já disse, com esta circunstância, temos aqui um problema sério, com consequências penosas,





## Assembleia Municipal

do ponto de vista financeiro e ainda por cima hoje, que assinalamos o 25 de Abril, aquilo que foram as conquistas conseguidas neste período de 45 anos, aquilo que eu espero é que o Estado de agora, não faça menos do que fez o Estado de então, relativamente à intervenção nesta galeria; volto a dizer, o Estado de então, pagou integralmente a galeria hidráulica da Ribeira de Amandos. Tomei já a iniciativa, tal como já tinha aqui anunciado na anterior Assembleia Municipal, de fazer os contactos que deveria fazer, falei com o anterior Secretário de Estado do Ambiente, falei com a Senhora Presidente da CCDRC, na sequência destes contactos, officiei o Senhor Ministro da Administração Interna, que é no fundo quem tem a tutela sobre a área das Autarquias, porque também tinha conversado sobre este assunto com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, e aguardo uma resposta. E desta resposta resulta uma dificuldade de optar por um caminho, porque também nesta, como em todas as matérias, temos a obrigação de ser transparentes, de ser objectivos, e se o Estado Central não assumir aqui um papel de financiador, tal como fez na década de 50, isso vai obrigar-nos, como é óbvio, a reprogramar, do ponto de vista da intervenção, aquilo que tem a ver com a intervenção no espaço público. Isto resultará num investimento na ordem de um milhão de euros, para além de todo o impacto que terá no espaço público, e é bom de ver que um valor com esta grandeza implica que se façam opções. Relativamente aos timings, neste momento já contratámos o projecto de execução, contamos que ele nos seja entregue rapidamente e naturalmente que pretendemos iniciar esta intervenção muito rapidamente porque há questões de segurança que são críticas, apesar de termos tomado algumas medidas para mitigar a probabilidade de problemas, mas o que é certo é que, ainda assim, persiste esta situação que queremos resolver. Falou noutra assunto que já tenho mais dificuldade em perceber, nomeadamente uma suposta matriz de conflitualidade com os empreiteiros; devo dizer-lhe que o papel do município é de defender totalmente e integralmente aquilo que é o interesse público e era o que mais faltava, que se um empreiteiro não cumpre com a parte dele, que assobiássemos para o ar, que empurrássemos com a barriga para a frente, como costuma dizer o povo, e não assumíssemos aquilo que são os direitos, no intransigente exercício de acautelar o interesse público, foi isso que fizemos em relação ao Sub-Paço, é isso que estamos a fazer relativamente à Cerâmica, e aqui, como acabou por reconhecer, não há nenhum litígio, embora ele possa acontecer, mas se acontecer, devo dizer-lhe que isso, também como falámos em sede de reunião de Câmara, será algo absolutamente natural, não vem nenhum mal ao mundo por isso acontecer, e em relação ao espaço público, também já disse mais do que o suficiente sobre este assunto, para todos estarmos inteirados das particularidades deste processo, daquilo que é todo o histórico, daquilo que são por um lado, as responsabilidades do empreiteiro, do ponto de vista do decurso da empreitada, aquilo que estava subjacente à própria empreitada, ao nível das opções do projecto, já falámos aqui amplamente de todos estes assuntos e todos os senhores vereadores conhecem e têm informação relacionada com este processo.



## Assembleia Municipal

Relativamente à reprogramação da PARU, estamos neste momento já contratámos a elaboração do projecto para a reabilitação do Teatro Alves Coelho, dentro daquilo que tem sido o processo de articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, aquilo que foi o programa preliminar foi objecto de apreciação, discussão e de concordância por parte da Misericórdia; este projecto está a decorrer, contamos que quando acontecer este processo de reprogramação e é muito provável que ele aconteça algures no terceiro trimestre deste ano, aquilo que pretendemos é, nessa altura, e se isso se verificar, estarmos em condições de podermos avançar com este projecto no âmbito da PARU. Relativamente ao Plano de Pormenor da Relvinha, estávamos aqui a verificar, de facto, a circunstância de não estar publicado no site da autarquia, como deveria estar, porque é no fundo essa a indicação que é dada pelo Edital; ainda assim, está disponível fisicamente no município e está disponível também na plataforma colaborativa de gestão territorial que é também uma plataforma aberta, acessível ao público, e onde este documento está acessível.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado António João Lopes, dentro daquilo que posso responder ou comentar, dentro daquilo que é a nossa estratégia para o nosso território, que contamos com as parcerias ao nível das instituições do ensino superior, particularmente da Escola Superior Agrária de Coimbra e do Instituto Superior de Agronomia, entidades com quem temos vindo a trabalhar, e que ainda há muito pouco tempo estiveram aqui connosco, no âmbito de um processo que consideramos absolutamente determinante para o território. Em termos gerais, devo concordar com a sua preocupação de manter esta articulação e de a aprofundar, no sentido de termos as melhores soluções também no nosso território.--

-----Relativamente à E.N.342, temática que foi suscitada pelo senhor deputado e também pelo senhor deputado Luis Gomes, dizer-lhes que tivemos a solicitação do Centro Norte da Infra-estruturas de Portugal, é a estrutura descentralizada da Infra-estruturas de Portugal na região, a solicitação de uma reunião, no âmbito da qual fomos informados que o projecto de execução desta empreitada, por apreciação já do Tribunal de Contas, considerava ou pelo menos era tipificado por parte do Tribunal de Contas como um projecto com erros grosseiros; e qual é que é a circunstância que temos, que é uma circunstância crítica, é a circunstância de existirem em muitas zonas, de facto aquela estrada passa em muitos locais de solo argiloso, ao todo ele, até Côja, é particularmente argiloso, e há, de facto, muitos assentamentos, assentamentos esses cuja regularização não foi considerada, no âmbito do projecto de execução, e, por indicação do Tribunal de Contas, terão que ser resolvidos antes de poder avançar a empreitada cujos trabalhos foram suspensos. É essa a figura que neste momento existe, a empreitada de requalificação da E.N.342 Arganil - Côja tem os trabalhos suspensos, é necessário que este projecto, para a correção destas anomalias, seja concretizado pela Infra-estruturas de Portugal, a informação inicial que me tinha sido transmitida era que seria concretizado até meados de Abril, a informação que tenho de ontem é que será concluído até ao final deste mês, também já há uma indicação de que as



Assembleia Municipal

intervenções prévias a fazer não carecem de contratualização que implique visto prévio do Tribunal de Contas, e pensamos que haverá condições para estas correções serem feitas dentro da brevidade que a burocracia que temos na Administração Pública permite, e refiro-me àquilo que tem a ver com os prazos próprios da contratação pública, na melhor das hipóteses, correndo tudo bem, como já disse, poderão estes trabalhos acontecer algures a partir de Setembro/Outubro, só depois de estarem executados é que os trabalhos desta empreitada que foram suspensos podem ser retomados.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, suscita uma questão técnica, relativamente à qual não tenho habilitação técnica para responder, aquilo que farei é pedir aos técnicos que entretanto façam uma informação que lhe possa ser remetida para explicar esta situação destes tubos de inox que estão colocados no troço da Portelinha para a Benfeita. Relativamente à questão do contador, como o senhor deputado sabe, na altura, foi disponibilizado o relatório de laboratório, e também nesta matéria não tenho competência técnica para apreciar se está correcto ou não.-----

-----Agradecer as palavras e o registo que faz da senhora deputada Fernanda Pacheco, acerca das iniciativas que vão acontecer no início do próximo mês de Maio. Naquilo que tem a ver com a Feira Medieval, trata-se de um evento que pretende para além de envolver a comunidade educativa, pretende envolver toda a população concelhia e particularmente contribuir para a estimulação do tecido económico do nosso centro histórico. É um evento que tem tido resultados muito positivos e também por isso, nesta edição de 2019, resolvemos apostar num evento com a duração de dois dias, numa tentativa de envolver mais, para além da população escolar, também os cidadãos de todo o concelho.-----

-----Em relação à intervenção da senhora deputada Joana Ribeiro, dizer-lhe que neste processo relacionado com o Loteamento do Sub-Paço, vale a pena esclarecer, porque há questões que coloca acerca das quais não estou habilitado a responder, mas naquilo que tem a ver com o negócio ou com a operação de venda do Loteamento, trata-se de um processo que já aconteceu há muitos anos, uns 15 ou 16 anos, portanto, um processo antigo; ainda assim, o problema que suscita, não tem directamente a ver com essa operação, mas tem a ver com aquilo que são os projectos apresentados pelo dono do Loteamento, no âmbito do licenciamento das intervenções nos vários Lotes que integram aquele Loteamento. Em relação a isto, esta questão deste talude e do muro que está construído ele resulta, em primeiro lugar, de um termo de responsabilidade que foi entregue pelo projectista, projectista que foi contratado pelo dono do Loteamento para fazer um projecto de construção não só dos edifícios habitacionais, mas também do muro de suporte. Aquilo que já foi feito foi uma avaliação técnica, que causa preocupações relativamente às características daquele muro, mas por um lado é competência e responsabilidade do município assegurar a segurança de pessoas e bens, incluindo naquela situação, que é da responsabilidade de um privado. Estamos a fazê-lo, estamos a contratar,



## Assembleia Municipal

no âmbito de um processo que está em fase de conclusão, o projecto de estabilização daquele talude, sendo certo que, no final, o promotor do Loteamento, ou fará essa intervenção, que ordenaremos, de uma forma voluntária, e se não o fizer voluntariamente terá que o fazer coercivamente, ainda que seja o município, numa primeira hora, a assumir a intervenção, e a repercutir a conta no dono do Loteamento, num momento posterior.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado André Vicente, no que concerne à captação de tratamento de águas residuais, é uma empreitada que tem estado a decorrer com bastante normalidade, está neste momento já com mais de 75% de execução concretizada, ou estava no final do mês de Março, e não havendo nada de muito anormal, será concluída muito rapidamente e isso será num horizonte temporal de dois ou três meses. Relativamente à empreitada da requalificação da Relvinha Oeste, deu-se aqui uma circunstância que tem a ver com aquilo que é a realidade actual do sector da construção civil, que está neste momento com uma pressão muito grande, está com uma escassez de mão-de-obra, e o que é certo é que os preços têm vindo a aumentar, de uma forma exponencial. Este concurso só foi apresentada uma proposta, acima do preço base, e, do ponto de vista das regras da contratação pública, essa proposta foi objecto de exclusão. Estamos neste momento em articulação com o projectista, no sentido de rever os valores, para tentar conformar aquilo que são os trabalhos a executar com a realidade do mercado actual, da construção civil, e contamos que, no decurso da próxima semana, na pior das hipóteses na semana subsequente, possamos submeter novamente ao mercado este concurso público.-----

-----Em relação à Relvinha Oeste, e falo disto também não só na sequência da intervenção do senhor deputado André Vicente, mas também da intervenção do senhor deputado Miguel Pinheiro, naquilo que se refere ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha, trata-se de um processo, como o próprio reconheceu há uns tempos atrás, que apesar de ter de lidar com um conjunto de formalidades, de burocracias nalguns casos esgotantes, é um processo que tem decorrido até com a normalidade e com uma celeridade assinalável, dentro daquilo que são as regras existentes para esta matéria, e daí que tenhamos um horizonte temporal, o objectivo de aprovar este Plano de Pormenor da Zona Industrial da Relvinha Oeste, na Assembleia Municipal de Junho e, em paralelo, também deliberar a declaração de utilidade pública para poder prosseguir com a expropriação dos terrenos, relativamente aos quais isso não tem sido possível por via do direito privado. Aproveitar também para informar que este processo de aquisição de terrenos apesar de ser um processo complexo, na medida em que envolve 316 parcelas de terrenos que foram divididos em termos de deliberações de Câmara, em quatro fases, neste momento, das 3 primeiras fases, que são aquelas que foram deliberadas no ano de 2018, de 181 parcelas, envolvidas, já foram adquiridas 140, é um bom registo, e estamos neste momento também já com manifestações de interesse relativamente à quarta fase; de 135 parcelas envolvidas, os proprietários de 40 parcelas já



Assembleia Municipal

manifestaram aceitação relativamente à proposta formulada pela Câmara. A nossa pretensão, se isto correr bem, do ponto de vista destas burocracias, é que no terceiro trimestre, o mais tardar no quarto trimestre deste ano, estarmos a lançar concurso público para ampliação da área de localização empresarial Relvinha Oeste.-----

-----Em relação à utilização do glifosato, não tem sido utilizado este produto no espaço público gerido pelo município.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Teixeira, como admitiu e adivinhou, não tenho informação comigo; aquilo que entretanto articulei aqui com a senhora Vereadora Érica Castanheira, é que vamos recolher informação e depois enviamos-lhe a si pessoalmente se entenderem necessário podemos enviar a todos os senhores deputados.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra que agradeço, e volto a sublinhar, o mérito desta conquista não é um mérito exclusivo do actual Presidente da Câmara de Arganil, é o resultado de um trabalho de 13 anos, em que o meu antecessor esteve também muito activo neste processo; mas isto resume-se, no fundo, a algo a que já estamos habituados, aquilo que de mau acontece no concelho de Arganil é culpa da Câmara, aquilo que de positivo acontece no concelho de Arganil, é responsabilidade dos outros. É o registo frequente e já não surpreende, mas é bom vermos a reposição da verdade, ainda por cima pelas entidades que o fizeram. Estamos naturalmente a articular tudo o que tem a ver com as ações de promoção e também de criação de iniciativas articuladas e elencadas com o Rali de Portugal, com as classificativas de Arganil, que muito em breve serão também objecto de discussão pública; pretendemos potenciar aquilo que é a presença de dezenas ou centenas de meios de comunicação social que estarão no território nestes dias e que terão no Sub-Paço, no dia 31, uma ED-Center que será o único local da região Centro em que no dia 31 será possível também fazer algumas ações de charme com a comunicação social ou sobre a comunicação social na promoção deste território, mas queremos fazer mais, queremos aproveitar também esta oportunidade não só para promover o concelho, mas também para promover a Região, particularmente naquilo que é um desiderato da Comunidade Intermunicipal ao nível do título de Capital Europeia da Gastronomia 2021. É algo que também pretendemos potenciar e articular neste momento, nesta oportunidade, que teremos com a comunicação social mundial, que estará no nosso território. Estamos, como é óbvio, em articulação com o ACP e com as forças de segurança, como a GNR, com os Bombeiros, a trabalhar naquilo que tem a ver não só com a segurança mas também como é óbvio, na publicitação das alternativas, na divulgação do Plano de Segurança, naquilo que são as zonas de espectáculo e as zonas de público, as zonas interditas; temos esse processo planificado e também em breve contamos fazer essa comunicação.-----

-----Em relação à intervenção do senhor deputado Miguel Dias, boa parte da sua intervenção pode perfeitamente fundamentar uma Moção que os senhores deputados aqui pretendem apreciar e votar, para ser remetida ao Governo, porque



## Assembleia Municipal

aquilo que referiu, de uma forma genérica, é objectivamente responsabilidade do Governo; a responsabilidade de financiamento desta estrutura, das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários é uma responsabilidade governamental e penso que podemos aproveitar boa parte daquilo que disse para, numa próxima Assembleia Municipal aqui votarmos uma Moção a enviar ao membro do Governo responsável pela área. Naquilo que tem a ver com a responsabilidade municipal, que é o co-financiamento das Equipas de Intervenção Permanente, o senhor deputado falou em 60 dias, eu concedo que, de facto, conseguimos, nestes 13 anos, habituar desta maneira as instituições, os fornecedores, os empreiteiros com quem nos articulamos, que é pagar a tempo e horas; 60 dias convenhamos que é um prazo muito curto, ainda assim, não é o prazo que eu, pessoalmente, entendo como adequado, e cuidarei de perceber porquê estarmos com estes 60 dias de atraso no pagamento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Côja que, volto a dizer, é algo que certamente corrigiremos. Relativamente aos subsídios, temos condições para pagar, penso que já chegou também o pedido dos Bombeiros Voluntários de Côja para que isso aconteça, os valores que estão definidos que são de dez e onze mil euros respectivamente para investimento e para funcionamento corrente, temos condições para os libertar entretanto e volto a dizer, em relação aos Bombeiros Voluntários de Arganil, o pedido já chegou e foi objecto de apreciação, dos Bombeiros de Côja, chegou entretanto e será também objecto de apreciação.-----

-----Relativamente à intervenção da senhora deputada Inês Borges, dizer aquilo que também já disse há pouco relativamente à Feira Medieval, tratam-se de iniciativas muito importantes, quer a Páscoa na Vila, quer o Arganil Rock, não só no envolvimento por um lado das Associações de Juventude do nosso concelho, no que diz respeito ao Arganil Rock, e é essencialmente a elas que se deve o mérito desta iniciativa, relativamente à Páscoa na Vila, é uma iniciativa que, tal como a Feira Medieval, pretende contribuir para a dinamização do nosso centro histórico e do mercado tradicional.-----

-----Dizer à senhora deputada Margarida Figueiredo que cuidaremos de dar nota do seu apontamento à Rodoviária da Beira Litoral.-----

-----Na sequência da intervenção da senhora deputada Maria José Silva, congratular-me com este prémio que, mais uma vez, foi atribuído à aldeia histórica do Piódão. Como tenho vindo a dizer, a aldeia histórica do Piódão é hoje uma marca muito assinalável na área do Turismo, tem um nível de visitação muito significativo, tem um potencial enorme e também daí estarmos a fazer o investimento que estamos a fazer na reabilitação não só do Largo Cónego Manuel Fernandes Nogueira mas também do edifício do Posto de Turismo. Em relação a isto, dizer que estamos neste momento com o processo de contratação da empreitada concluído, aquilo que decidimos foi que não faria muito sentido entrarmos na época alta, que se aproxima de uma forma galopante, com obras no espaço público da aldeia histórica do Piódão, e tomámos a decisão de iniciar esta empreitada no mês de Setembro, depois de acabar a época alta.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente ao apontamento do senhor deputado Afonso Ferreira, é de facto um reconhecimento esta opção da Federação Portuguesa de Natação, é também o reconhecimento dos equipamentos que temos no território, porque temos tido referências muito positivas, aliás, como já aqui foi dito, a Piscina Municipal de Arganil foi objecto de certificação, é das poucas no país que tem esta certificação, e que permite a realização deste tipo de encontros. É uma iniciativa que só acontece porque temos infra-estruturas com características adequadas para as receber.-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** dizendo que “gostava que conseguíssemos avançar um bocado para além desta visão maniqueísta do PS e PSD, e do faço bem, faço mal, de um discurso meio calimero, que não tem grande sentido aqui; acho que isto tem tudo a ver com termos alguma maturidade democrática e percebermos qual é que é o estatuto da Oposição e o estatuto da situação, e isso também tem reflexos na dignidade com que cada uma é tratada; vai nos grandes actos de lidarmos uns com os outros com urbanidade, reconhecermos aos outros a boa vontade de querermos o melhor para o bem que nos é comum, que é o concelho, mas também tem uma parte importante de pormenor, que é disponibilizarmos informação na exacta medida, temos um esforço de transparência, como disse a deputada Elisabete, e por exemplo, até no caso da disponibilização da informação como o Senhor Presidente fez aqui, estender isso a todos os aspectos da ação do município, nomeadamente por exemplo, disponibilizar a tempo e horas os documentos para que possam ser estudados e analisados de uma forma correcta. Há ações do Partido Socialista que, ao longo do tempo, certamente nós não as acompanhamos, actos falhados, haverá ações do Partido Social Democrata, e anúncios, e lembro-me até do anúncio do Ministro Poiães Maduro, cá em Arganil, que, por uma razão ou por outra, não puderam avançar. -----

-----Relativamente à E.N.342, a propósito da intervenção do senhor deputado Luis Gomes, gostava de lhe dizer que realmente é pena que tenha parado; vamos ver por quanto tempo é que fica parada; vamos ver quanto tempo é que o projecto é devolvido, quanto tempo é que as obras voltam, e depois podemos projectar isso em outros exemplos, e por isso é que estava a chamar à atenção, e acho que escuso de dizer que discordo dessa visão que apontou, sobre serem coisas completamente diferentes; são, os sítios são diferentes, o empreiteiro aparentemente é o mesmo; podemos, daqui a uns tempos, perceber quanto tempo uma obra está parada, o que é que a fez parar, e quanto tempo é que a obra vai demorar a avançar; a nossa esperança é que possa avançar com celeridade.-----

-----Em relação a outra questão, senhor Presidente, percebo então que o Edital da discussão pública do Plano de Pormenor tem essa gralha, se fosse possível aos serviços, solicitava que pudessem ser disponibilizadas as peças no site, porque julgo que ainda vai decorrer mais uns dias, porque a Plataforma é um lugar relativamente novo e não está ao alcance nem disponível para toda a gente, em geral. Ainda esta questão da obra do Piódão, senhor Presidente, esta dilação do início, para fugir à



Assembleia Municipal

época alta, julgo que deve ser bem ponderada, pois podemos estar a fugir a uma época alta para nos irmos meter num momento do ano bem pior; e se temos certeza que vamos melhorar o espaço, se temos confiança na obra que vai ser feita, não é por causa de Junho ou Julho, em que o tempo é mais previsível, e acho que todas as pessoas percebem, se lhes forem explicadas as intervenções, e se perceberem o cenário futuro que vão ter pela frente, aguentam o incómodo.”-----

-----Pedi novamente a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto** referindo que “o Senhor Presidente referiu que, por questões técnicas, não poderia dar resposta, mas efectivamente sei de alguém que já veio a esta Câmara indagar sobre esta questão e foi-lhe respondido aquilo que eu disse, que eu já tinha levantado há anos atrás, numa sessão de Câmara aberta ao público. Em relação a esse problema quero, já agora, esclarecer que a partir desse momento em que estivemos aqui, nessa sessão de Câmara, eu, que até aí tinha facturas de trezentos e tal euros de água por mês, e a Câmara tem conhecimento disso, a partir desse momento, vi a facturação reduzida; o máximo que tenho pago são cerca de 18, 19 euros por mês. Isto demonstra que, nessa altura, aquilo que eu argumentei, era uma realidade, porque isso é do conhecimento dos técnicos. Na altura, um ex funcionário da Câmara, disse-me que o problema teria sido resolvido se, ao cimo da casa do Carlos Martins, tivesse sido colocado um respiradouro na canalização, para que o ar saísse. Isto foi-me dito na altura, por um ex funcionário da Câmara, ligado ao departamento das águas.”-----

-----Usou novamente da palavra o Senhor **Presidente da Câmara** dizendo que “tomei nota e já o tinha dito, de assumir esta situação sobre o Plano de Pormenor da Relvinha; certamente na segunda-feira já estará disponibilizado no Portal da autarquia.”-----

-----Relativamente ao Piódão, a questão não tem só a ver com as pessoas perceberem, se lhes for explicado, porque aquelas que são os habitantes do Piódão, e os comerciantes, esses, independentemente do mês em que a obra for feita, vão ter as consequências do transtorno que qualquer obra implica; nós estamos a falar é dos turistas que chegam no mês de Junho, Julho e Agosto; a esses já é mais difícil fazer essa comunicação. Ainda assim, avaliaremos todas as opções, sendo certo que há componentes que poderão avançar neste periodo, como o posto de turismo; no espaço público, da análise que fizemos, é algo que poderá ser mais problemático.

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, tenho muita pena, mas não percebo nada sobre contadores de água e portanto, aquilo que fiz, ao tempo, foi pedir um parecer a um laboratório acreditado e esse laboratório enviou um relatório a esclarecer a situação; é a única coisa que posso dizer sobre este assunto.”-----





## Assembleia Municipal

-----Presente a votação a Moção do senhor deputado António João Lopes, sobre o 25 de Abril, a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu ainda que “a outra Moção, tal como referi, e com a anuência do senhor deputado António João Lopes, será reencaminhada para o executivo camarário fazer a sua análise e, se se justificar, fazer a sua intervenção junto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e outras entidades intervenientes no processo.”-----

### ORDEM DO DIA

**1 –** Apreciação e votação dos **documentos de Prestação de Contas**, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Presente um exemplar dos documentos de Prestação de Contas em apreço, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para fazer uma “apresentação sintética daquilo que são os principais aspectos da prestação de contas de 2018. Começando por sublinhar aquilo que tem a ver com a certificação de contas, lembrar que a certificação de contas é hoje obrigatória para a generalidade dos municípios portugueses e temos o orgulho de termos sido, ainda isto não era obrigatório, em 2005, o primeiro município do país, a implementar a certificação de contas. Aquilo que mantemos em relação a este processo está relacionado com o imobilizado e com a dificuldade que existe de avaliação deste mesmo imobilizado, e basta considerarem a quantidade de redes de abastecimento de água, de saneamento, de estradas, de um conjunto de coisas tão ridículas quanto sejam até a sinalética vertical, tudo aquilo que tem a ver com a avaliação desse imobilizado, e portanto mantém-se, como terão tido oportunidade de verificar na certificação legal de contas, mantém-se esta reserva.-----

-----Relativamente às questões relacionadas com os Recursos Humanos da autarquia, o ano de 2018 regista o reconhecimento do processo dos precários, o reconhecimento destes postos de trabalho tinha sido efectuado já na Câmara e Assembleia Municipal, o processo foi entretanto desenvolvido e culminou na admissão, no preenchimento, de 34 dos 36 postos de trabalho que tinham sido reconhecidos pela Assembleia Municipal; terminámos o ano de 2018 com 215 colaboradores. Fazer uma referência àquilo que tem a ver com as principais razões de absentismo dos nossos colaboradores, mantém-se aqui uma percentagem muito significativa, muito próxima dos 10%, o que corresponde a dizer que em média, regularmente, mais de 20 pessoas, diariamente, estão ausentes do município; a



## Assembleia Municipal

maior parte das ausências como podem constatar, são por motivo de doença. Quase 70% das ausências são por motivo de doença. Há aqui uma particularidade, acerca da qual também já tenho falado, é que, comprovadamente e estatisticamente, os trabalhadores que estão no regime de proteção social convergente, ou seja, no regime da Caixa Geral de Aposentações, são trabalhadores mais propensos a ficarem doentes, basta verificarem que destas ausências por doença, quase 76% aconteceram no universo dos trabalhadores do regime da Caixa Geral de Aposentações. Temos também algumas situações no sentido positivo, daquelas que resultam da parentalidade, que, quando são ausências por parentalidade, todos temos razões para ficar satisfeitos; embora a transição do ano 2017 para o ano 2018, naquilo que tem a ver com os funcionários municipais, registou um decréscimo de ausências por esta razão, significa que os funcionários municipais têm tido menos crianças. ao nível da doença também colocar em confronto o registo de 2017, 56,18% das ausências foram por doença, em 2018, quase 70% das ausências foram por doença. Há também algum registo, que tem variado entre os 5% e os 7,5% de ausências por acidente de serviço.-----

-----Voltar aqui a uma tipicidade que existe na Administração Local, já falei disto várias vezes e não me canso de o fazer, porque se trata de uma imoralidade e de uma injustiça muito grande, e lembro que, dentro daquilo que é o universo de trabalhadores enquadrados no regime da Caixa Geral de Aposentações, aquilo que é a contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, por parte do município de Arganil, de todos os municípios portugueses, é exactamente igual à contribuição que fazemos para a segurança social, são 23,75% das remunerações é o valor que temos que pagar à Segurança Social, mas para além disso, dá-se a circunstância de, em relação aos trabalhadores da Caixa Geral de Aposentações, dá-se a circunstância de o município ser obrigado a pagar aquilo que são as eventualidades de abono de família, de doença, de parentalidade, pensões durante algum período que acontece sempre depois do reconhecimento da pensão, é muito frequente, até a Caixa Geral de Aposentações começar a pagar a pensão, decorrerem dois, três anos, situações também de gravidez de risco, de interrupção de gravidez, assistência a filhos, são também estas situações pagas pelo orçamento do município. Temos vindo a alertar para esta situação, lamentavelmente é uma situação que ainda não foi revista. Para além disto, e é algo que não acontece no sector empresarial, qualquer empresa privada, por maior que seja o seu volume de lucros, a sua responsabilidade social para com os trabalhadores grosso modo, termina, relativamente a estas eventualidades, cobertas por estas situações, a sua responsabilidade termina no pagamento à Segurança Social; no caso das entidades públicas municipais, dá-se também a circunstância de termos de contribuir sobre todos os trabalhadores com um valor equivalente a cerca de 62,44% do custo per capita do serviço nacional de saúde; este custo per capita do serviço nacional de saúde, para terem uma ideia, nalguns anos ultrapassa ligeiramente os mil euros por pessoa, noutros anos anda nos novecentos e muitos euros, o que significa que



## Assembleia Municipal

basicamente, por cada trabalhador que temos no município, contribuímos por ano com mais de 620 euros para o Serviço Nacional de Saúde, que é algo que também não acontece no sector privado e também não vemos nenhuma razão para isto acontecer nos municípios. Em relação ao sistema de saúde dos funcionários públicos, aberto também aos funcionários da segurança social, a ADSE, vale a pena dizer que este sistema que há uns anos tinha a participação dos trabalhadores fixada em 1% sobre a remuneração, esta comparticipação foi aumentada de uma forma muito significativa para 3,5% sobre a remuneração; este aumento da comparticipação, por parte dos trabalhadores, tornou a ADSE excedentária, mas a verdade é que no caso dos municípios, pese embora esta circunstância, todos os valores que não são suportados pelos trabalhadores, os reembolsos e a componente que tipicamente é assumida pela ADSE, é depois imputada ao município ou aos municípios, que as têm que suportar. Resulta daqui um ganho para a ADSE, no total do país, de cerca de 40 milhões de euros, algo que não é justificado, é uma injustiça que acontece.-----

-----Ao nível da situação financeira, dar conta da execução orçamental, o ano de 2018 registou uma execução superior a 14 milhões de euros, ao nível da receita, uma execução ao nível da despesa na ordem dos 13.600.000,00€. Temos aqui a imagem gráfica da execução da receita, a imagem gráfica da execução da despesa. Pese embora tenha havido nos últimos anos uma aproximação das transferências que recebemos por via do Orçamento de Estado, o valor mais elevado historicamente que tínhamos tido tinha sido em 2010, de 6.660.000,00€, ainda não foi atingido, no ano de 2018 as transferências por via do Orçamento de Estado, ficaram nos 6.357.000,00€ e, a par disto, dá-se a circunstância de neste período, 2010 a 2018, termos visto o IVA sobre a electricidade passar dos 6% para os 23%, é um custo fiscal muito significativo que é suportado pelos municípios, vimos a circunstância da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações passar dos 10% para os 23,75%, é uma carga contributiva também muito significativa, o que significa que, neste horizonte temporal de 2010 a 2018, vimos reduzida, em termos líquidos, a redução do município em sensivelmente um milhão de euros por ano, um valor muito significativo, para um município que depende tanto das transferências do Orçamento de Estado, como é o caso do município de Arganil. Ainda assim, intensificámos as nossas parcerias com as Juntas e Uniões de Freguesia, apesar desta redução da capacidade financeira neste horizonte temporal, ainda assim, reforçámos o papel das freguesias, quer seja ao nível das delegações de competências, quer seja ao nível das Adendas às delegações de competências, ao nível dos contratos programa e de outros apoios, e ao nível do pessoal. No ano de 2018 registámos o valor mais elevado de sempre no financiamento desta parceria com as Juntas e com e com as Uniões de Freguesia, que ultrapassou, no ano de 2018, 1.150.000,00€. Este era um exercício que fazíamos tipicamente, porque os Orçamentos de Estado, regra geral, fixavam limites para a despesa com pessoal, o Orçamento de Estado de 2018 não o refere, não o fixa, ainda assim, entendemos que é importante terem percepção que,



## Assembleia Municipal

por um lado, por via das reposições remuneratórias que aconteceram em 2018, e por outro lado, por via da admissão dos colaboradores que eram precários, de que falei há pouco, tivemos aqui um aumento da carga salarial, dos custos salariais, dos custos com o pessoal, de quase 350 mil euros, face ao valor que tínhamos tido em 2017.-----

-----Ao nível do equilíbrio orçamental que basicamente coloca em confronto a receita corrente com a despesa corrente, somada das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo, este equilíbrio orçamental mantém-se, como fica demonstrado naquele quadro. Também aquilo que tem a ver com a demonstração da aplicação do valor que é transferido do Orçamento de Estado na componente de Fundo Social Municipal, também fica absolutamente demonstrado nesta tabela; recebemos integrados nas transferências do Orçamento de Estado valores de 265.482,00€, tipificados como fundo social municipal, e só naquilo que tem a ver com as despesas do município, na área da Educação, muito mais do que esgotamos este valor. As despesas municipais na área da Educação atingem quase 817 mil euros, mesmo considerando a comparticipação das famílias e os protocolos com a DGEST, ainda assim, há aqui um esforço de quase 400 mil euros, suportado directamente pelo orçamento municipal. Esta é a matriz da poupança, basicamente aquilo que ela demonstra é que há aqui um valor de poupança entre a receita e a despesa corrente superior a dois milhões e meio de euros, que é utilizado, investido, em despesa de capital e, quando isto acontece, é um indicador positivo. Aqui está reflectida aquela que é a evolução do saldo de gerência, ao nível das operações orçamentais e das operações de tesouraria. Nas operações orçamentais passamos do ano de 2017 para o ano de 2018 com um saldo ligeiramente superior a 658 mil euros, em relação às operações de tesouraria de 495 mil euros.-----

-----Passo à apresentação deste gráfico, que reflecte aquilo que foi um indicador utilizado durante muitos anos, o indicador do endividamento líquido, e aquilo que este gráfico demonstra é que no ano de 2018 tínhamos uma situação excedentária ao nível do endividamento líquido porque ele regista um valor negativo; era como se tivessem sobrado 250 mil euros desta grandeza que, volto a sublinhar, registou o valor mais baixo desde que há registo, no ano de 2018. Aquele que é o indicador actualmente definido, por parte do Estado, é o indicador da dívida orçamental, o valor neste momento ultrapassa os 2.800.000,00€, este gráfico reflecte a evolução desde o ano de 2005, dizendo também que ele é influenciado pela consideração, pelo registo, pela contabilização da dívida histórica à ADSE gerada entre 1978 e 2005, que estava sensivelmente em 600 mil euros, quando o Tribunal de Contas nos obrigou, no mandato anterior, a reconhecê-la e permanecem ainda em dívida quase 350 mil euros uma vez que, como aqui foi aprovado, é uma dívida que está a ser paga em prestações.-----

-----Dar conta daquilo que tem a ver com os documentos típicos importantes do balanço e da demonstração de resultados; ao nível do Balanço, o ano de 2018, por comparação com o ano de 2017, no balanço activo líquido, registou um crescimento



Assembleia Municipal

de 1,77%, os fundos próprios decresceram em 2,79%, o passivo registou um acréscimo de 13,44%. O Resultado Líquido regista um valor negativo sensivelmente superior a 1.040.000,00€.

-----Permitam-me fazer a apresentação do ponto seguinte, que tem a ver com a proposta de aplicação do resultado líquido, a proposta é de ser alocado à conta de resultados transitados.

-----Por fim, naquilo que tem a ver com a contabilidade de custos, dar nota da distribuição, do ponto de vista da classificação funcional da nossa despesa, e o que constatamos aqui, do ponto de vista absoluto, é que as funções sociais absorvem uma parte muito significativa dos recursos do município, um valor que ultrapassa os 6.800.000,00€, esta distribuição, por ordem de grandeza, está também reflectida aqui neste gráfico, em que podemos verificar que as funções sociais correspondem a cerca de 53% da despesa que é possível especializar. As funções económicas, quase 30%, outras funções 10% e funções gerais cerca de 8%.

-----Do ponto de vista de apresentação genérica é o que tenho para apresentar, estou disponível para esclarecer outra informação que pretendam ver clarificada.”

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** dizendo que “gostava de pedir ao senhor Presidente da Câmara se podia recuar dois ou três dispositivos; está escrito que o passivo registou um acréscimo de 13,44%, não é? Esta discussão vai ter um resultado previsível, tem uma parte de discussão e de apresentação de dados técnicos que é aprofundada, tanto quanto pode ser, mas teve uma carência de disponibilização da informação, tanto em sede do executivo camarário, como em sede de disponibilização à Assembleia Municipal, que julgo se estará a tornar uma recorrência e solicitamos ao Senhor Presidente e ao Executivo que tente em próximas ocasiões, disponibilizar-nos esta informação, o Relatório, sei que não é fácil, não estou a dizer que o faça deliberadamente, até porque no caso do executivo camarário, estamos a falar de dados que são disponibilizados à quinta-feira, sexta-feira é feriado, fim-de-semana de Páscoa, para serem discutidos numa reunião extraordinária da Câmara na segunda-feira, para nós estarmos agora a deliberar, quatro dias depois; é muito pouco tempo; se quisermos discutir ponto a ponto, lá está, celebrar a democracia de uma forma concreta e não andarmos a brincar às Assembleias, as coisas devem ser disponibilizadas mais atempadamente. Este resumo é interessante, dando como boas e acredito que sejam, aliás, as contas são auditadas, e muito bem, existe aqui um padrão que há um ano atrás falámos sobre esta questão quando foi apresentada a conta gestão de 2017, que era uma evidência de que tinha havido não só um empolamento do Orçamento quando foi apresentado, na altura estava cá outra gente, mas que íamos ver um ano depois, nesta altura, se se confirmava e o que nós assistimos é que começámos com uma apresentação de um Orçamento de cerca de 23 milhões de euros, o Orçamento passou, durante o ano, por 30 modificações, e 3 alterações, e são 3, porque não podem ser mais, o que só pode merecer de nós um tipo de avaliação porque



## Assembleia Municipal

genérica, porque não tivemos tempo para aprofundar ponto a ponto, e porque também já conhecemos a proposta do Orçamento apresentada para 2019 em Dezembro, e percebemos que há uma matriz do procedimento e de apresentação das contas, que passa por uma de 3 situações: ou há um mau planeamento, um planeamento deficitário, na elaboração do Orçamento a montante, ou há um empolamento artificial e há uma consciência que o documento que nos é apresentado em Dezembro é irreal, mas uma coisa é ser irreal numa percentagem justificável, outra coisa é ser irreal e ter que sofrer 30 modificações e 3 revisões ao longo do ano. Julgo que para 2019 se consegue fazer melhor; já vem hoje uma modificação, mas essa é perfeitamente justificada. Esse empolamento artificial pode ser por uma série de razões, para tentar acomodar o maior número de expectativas possível, e mais uma vez são legítimas, o Executivo está em funções porque mereceu a confiança do maior número de eleitores, ou então há aqui uma incapacidade de execução; uma destas três razões justifica esta derrapagem e esta estrutura dinâmica do documento, que eu não quero dizer que tenha um padrão de voo de borboleta, mas às vezes parece; parece que o planeamento vai sendo feito em cima do joelho e havendo aqui um crescimento do passivo, e tenho a certeza que o Senhor Presidente me vai explicar isto de uma forma bastante técnica e convincente, pois às vezes o tom e a pose ajudam a convencer, mas o que há na realidade também, é uma comoção de um orçamento aos 23 milhões que no final passa para os 16 milhões e os resultado disso tudo, temos uma execução à volta dos 13 milhões e meio e ainda uma incapacidade de concretização de todas as ações ou de grande parte delas, que estavam previstas nas Grandes Opções do Plano. Gostava ainda de chamar a atenção, e o Orçamento na altura, quando foi apresentado, mereceu o nosso desacordo, não pondo em causa a bondade que o Executivo tem para melhoria da qualidade de vida dos arganilenses e de quem nos visita, e com grande preocupação, percebi agora, por parte do Senhor Presidente, e muito bem, a questão é que vemos que o concelho e é assumido no Relatório do Plano e sei que vão achar que é mais uma vez um voltar ao mesmo assunto da questão demográfica, e a questão demográfica não é uma fatalidade do município de Arganil só, estende-se a toda uma região, a toda uma faixa do país, mas a questão é que quando o Senhor Presidente da Câmara sair do lugar que ocupa, em 2021, vai deixar o município no conjunto destes 16 anos de gestão, do partido Social Democrata, vão resultar, estamos a 300 eleitores de passarmos a ter uma composição e uma expressão, e essa também é simbólica mas é efectiva, que nos liga mais a territórios infelizmente, com muitas dificuldades de afirmação a sul do nosso concelho, e menos a territórios mais dinâmicos limítrofes, tanto a Norte como a Nascente. Essa não sei se será uma fatalidade, não sei se é uma inevitabilidade, mas é um problema, e nós em Arganil temos duas grandes guerras, acho que os Orçamentos, as contas de gerência e tudo o que discutimos não podemos fugir; uma delas é um inverno demográfico, a outra é o inferno da luta contra a vulnerabilidade ao risco. E essas são duas prioridades absolutas do município. Não vejo grandes



Assembleia Municipal

ações, tanto no Orçamento que foi apresentado como concretizadas, em 2018, em relação à resolução estratégica de nenhuma delas, e lembro que foi apresentado aqui, logo no rescaldo dos incêndios de 2017, o protocolo para um novo modelo da floresta, com o ISA, com a Universidade de Aveiro e com a Escola Superior Agrícola de Coimbra, e já não pergunto mais por ele, porque já perguntei algumas vezes e ele está para ser apresentado; digo com muita sinceridade que gostávamos realmente que Arganil pudesse ser inovadora naquilo onde é mais vulnerável e julgo que é nessas duas ações. Obviamente que não é fácil, mas temos que começar por algum lado.-----

-----Em relação a esta questão da conta de gestão de 2018, a nossa posição vai no sentido da votação contra; não contra a veracidade dos documentos, que não colocamos em causa, votamos contra porque achamos que ele concretiza e confirma as circunstâncias e as carências que já tinha demonstrado na sua apresentação e confirma também esta matriz que já tinha sido apresentada em 2017.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Elisabete Oliveira** referindo que “tenho um pedido de esclarecimento e que vai ao encontro daquilo que o deputado Miguel Pinheiro referiu, e que tem a ver com estes ajustes necessários em termos de Orçamento, e que está relacionado com o ponto de situação relativamente à candidatura ao Fundo de Solidariedade da União Europeia e relacionado com a reposição das Infra-estruturas municipais que foram afectadas pelos incêndios de Outubro de 2017. É um processo que já foi trazido à Assembleia, cujo seu arrastamento é um sinal gravíssimo de desrespeito para com os territórios e para com as pessoas vítimas dos incêndios a quem era devido mais; poderá corrigir-nos, mas a informação que temos é que a Europa disponibilizou 50 milhões de euros para ajuda às vítimas dos incêndios, nos territórios que sofreram este flagelo. Esta verba deveria servir para reconstruir e dinamizar estes territórios. Em Dezembro de 2018, e depois de 26 milhões deste valor terem sido disponibilizados para se iniciar a administração central através do Governo, de forma particular pelo Ministério do Planeamento e das Infra-estruturas, gostaríamos de perceber, um ano e meio depois, se se continua sem apreciar as candidaturas feitas, se existe para o nosso concelho uma intenção de corte, e também, sendo assim, perceber quem repara todas as infra-estruturas afectadas e se isto não entra no campo das prioridades, o que nos preocupa e nos envergonha, não há outra descrição.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Manuel Augusto Rodrigues** referindo que “queria questionar o Senhor Presidente, na apresentação que fez, estive a procurar nos documentos que recebi e não vi lá nada; referiu o senhor Presidente que o número de dias de abstenção ao serviço, por doença, é essencialmente dos trabalhadores da Caixa Geral de Aposentações; não vimos no documento que estava a ser projectado. O que eu queria questionar é qual a percentagem de trabalhadores do regime geral da Caixa Geral de Aposentações e a percentagem de



## Assembleia Municipal

trabalhadores do regime geral da Segurança Social, porque o que se deu aqui a entender é que os trabalhadores da Caixa Geral de Aposentações são os mauzinhos da fita; foi a mensagem que me pareceu transmitida; se não estiver presente essa percentagem nos documentos que foram presentes aos elementos da Assembleia Municipal, dá a sensação que os trabalhadores da Caixa Geral de Aposentações, são uns mauzinhos, faltam muito mais do que os outros. É uma questão que gostava que o Senhor Presidente me respondesse.-----

-----Em relação ao ponto, propriamente dito, quero lamentar, mais uma vez, que o executivo não tenha tido respeito pela Oposição, pois apenas no dia 23, pelas 15.30 horas, recebi a documentação para a Assembleia Municipal, e mesmo assim não completa, pois não apresenta o resumo da acta da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Arganil, a 22 de Abril, que aprovou o Relatório de Gestão de 2018. Também no que diz respeito ao anexo às demonstrações financeiras, verificamos um texto com 354 páginas, com números de dimensões reduzidíssimas que é impossível ler, a quem recebe a menos de dois dias da Assembleia Municipal. A minha intervenção vem reforçar mais uma vez aquilo que tem sido dito e afirmado pelos vereadores do Partido Socialista ao longo dos últimos Orçamentos do executivo do PSD, com o empolamento dos Orçamentos e o incumprimento dos mesmos, com taxas de execução muito baixas. O de 2018 mais uma vez não fugiu à regra e de um total de receita prevista de 22.989.382,00€, o orçamento final ficou-se pelos 16.711.019,54€, com o valor executado de 14.226.362,46€, o que pomposamente vem dar uma taxa de execução de 85,13%, mas que, na realidade e face ao Orçamento previsto, dá uma taxa completamente diferente de 61,88%. No que se refere à despesa, dos mesmos 22.989.382,00€, previstos para o orçamento final de 16.711.019,54€, e a execução final de 13.599.168,00€, teve uma execução, face ao orçamento inicial, de 59,15% e não representam 81,38% na página 19, de 90. Na página seguinte, verifica-se que o Orçamento teve 27 alterações orçamentais e que 6 delas foram em Dezembro, com alterações seguidas em 18, 19, 29 e 31 de Dezembro. Foram efectuadas 3 revisões, a última das quais em 29 de Dezembro, que baixou para os 16.711.019,54€, mas nem esta revisão foi cumprida. Isto demonstra má eficácia da elaboração dos ajustamentos do executivo PSD. Também sei que o Senhor Presidente vai ter sempre respostas para a justificação da falta de verbas orçamentadas e não executadas, como nos habituou nos executivos anteriores, mas também por esse facto, não deveriam errar tanto. Na página 29/90, é afirmado que o valor contabilizado em venda de bens e serviços totalizou a importância de 2.234.663,00€ tendo-se verificado um acréscimo de 91,58%. Para este valor contribuíram todas as rubricas deste agregado em especial a rubrica de outras vendas, que inclui a renda da Águas do Centro Litoral, relativamente ao contrato de cedência de infra-estruturas. Este valor é de 1.006.123,00€; o que queria questionar é por quanto tempo esta renda se vai manter ou se é prestação única, como julgo que será o caso. No que diz respeito à execução das grandes operações do Plano para 2018, estimaram-se inicialmente 17.992.690,00€, sendo o montante





Assembleia Municipal

corrigido para 11669467,00€ com um montante executado de 8.768.581,00€, segundo o Relatório de Gestão, com um nível de execução de 75,14%. Mas a correção foi no último dia do ano, caso contrário o nível de execução teria sido apenas de 49,29%, sim, menos de 50% do previsto. Esta má execução dos ajustamentos PSD, a falta de visão para o desenvolvimento harmonioso do concelho, a falta de investimento no Turismo e Desporto de Montanha, a criação de incentivos à natalidade, estão a provocar o abandono demográfico do nosso concelho, sendo que estamos a 354 votantes, de baixarmos de 10 mil habitantes, com as consequências daí inerentes, sendo depois equiparados aos vizinhos concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra. Por todos estes motivos iremos votar contra o Relatório de Gestão.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** referindo que “antes de mais, deixem que faça um comentário àquilo que parece ser quase uma ansiedade relativamente à demografia do nosso concelho; parece que há uma espécie de vontade que as coisas aconteçam depressa, regista-se mesmo alguma ansiedade nestas intervenções que foram agora efectuadas.-----

-----Diria, em termos genéricos, que a intervenção do senhor deputado Manuel Augusto deve ter deixado o senhor deputado Miguel Pinheiro esclarecido, dentro da abordagem que foi feita mas, ainda assim, tenho o dever e a obrigação de tentar clarificar informação. Permitam-me também que faça aqui uma análise factual tentando fugir à demagogia; senhor deputado Miguel Pinheiro, confesso que me escusei a falar da percentagem de execução da receita e da execução da despesa, porque tinha a dúvida, a curiosidade que trazia, era se o senhor deputado iria resistir ou não, à abordagem demagógica relacionada com esta temática; senhor deputado, se quisermos falar de empolamento de orçamento, de planeamento deficitário, recordo-lhe que, no executivo de que o senhor fez parte, em 2003, a despesa teve uma execução de 53,82%, com um valor absoluto de 10.645.000,00€, compare com os 13.600.000,00€. Em 2004, o Orçamento em que o senhor participou, e o senhor deputado Manuel Augusto, na Assembleia Municipal também, teve uma execução de 53,37%; certamente que nesta percentagem está demonstrado, de facto, uma ausência de empolamento orçamental, bem como está demonstrado também o correcto planeamento orçamental por parte do PS. Em 2005 o vosso nível de execução do orçamento da despesa teve aqui a brilhante execução de 54,24%, no valor absoluto de 10.415.543,00€. Se quisermos falar de empolamento orçamental, de planeamento deficitário, penso que, nesta matéria, os senhores têm muitas lições a dar-nos, no sentido de nos explicarem como é que se faz, porque há aqui um conjunto de histórico que demonstra que têm profundos conhecimentos nesta matéria. Queria também referir-me, naquilo que tem a ver com a disponibilização da informação, senhores deputados Miguel Pinheiro e Manuel Augusto, a informação foi colocada na Plataforma no dia 18 de Abril, portanto tentarem argumentar com o prazo reduzido para a análise da informação, penso que não será um argumento



## Assembleia Municipal

muito plausível porque, para além de termos cumprido as nossas obrigações formais, para além disso, antecipámos, em vários dias, a disponibilização desta informação. Compreendo que são elementos essencialmente técnicos, que carecem de alguma disponibilidade de tempo e disponibilidade mental para serem apreciados mas, ainda assim, penso que este argumento não é um argumento que possa ser utilizado. Senhor deputado Miguel Pinheiro, eu não traço o meu percurso político por marcos temporais, aliás, devo dizer-lhe que quando tomei posse pela primeira vez no dia 28 de Outubro, de 2005, disse que o meu lugar era efémero e que no dia seguinte podia perfeitamente sair da autarquia; mas se é em 2019, em 2020, ou quando é que é, isso já é pura especulação, não vale a pena ficar ansioso com essa matéria, porque isso não faz bem à saúde.-----

-----Em relação à questão demográfica, é um assunto sério, e que todos nós nos devíamos escusar a abordar com uma abordagem demagógica. Recordo que, há uns tempos atrás, há 2, 3 anos, neste mesmo fórum da Assembleia Municipal, esteve presente a então responsável pela Unidade de Missão de Valorização do Interior, a Professora Helena Freitas, que abordou este assunto, que é um assunto sério para o país, de uma forma séria, como tem que ser, porque se nós quisermos fazer de Arganil um deserto, rodeado por oásis, permitam-me que lhes diga que isso é um erro colossal, tal como também não podemos pensar que Arganil é um oásis rodeado por desertos, mas faz sentido e é sério, que nesta matéria da demografia é um assunto sério para o país, mais de 200 municípios do país estão a sofrer deste problema, há uma litoralização da demografia, devemos todos fazer um esforço relativamente a assuntos que são verdadeiramente sérios, de fugir à demagogia, porque tentar colocar este problema na esfera do município de Arganil, permita-me que lhe diga, senhor deputado, não é uma abordagem muito razoável para o problema que, volto a dizer, é um problema nacional; estaria bem o país se fosse um problema local de Arganil, infelizmente não é. Permitam-me também que aproveite a circunstância de ter falado no Protocolo para a nova floresta, um novo modelo florestal, para dizer que relativamente a este assunto, é um assunto acerca do qual temos reflectido muito, temos falado alguma coisa, e temos constatado, naquilo que são as políticas públicas para esta área, uma total ausência de estratégia ou, pelo menos, de medidas, porque neste assunto, aquilo que é proibido, é tomar decisões, aqui sim, com base em calendários eleitorais, porque se olharmos para a floresta com base no calendário eleitoral, estamos a comprometer o futuro. E devo dizer, relativamente a este assunto, que temos seguido aquilo que é a estratégia da formiga, é um trabalho de formiguinha e felizmente que esse trabalho está prestes a dar resultados. E o que é que posso dizer em termos genéricos, relativamente a este assunto e em termos concretos? Em termos genéricos, e todos, mesmo quem não é da área, percebemos que aquilo que é a realidade da organização e da gestão do nosso espaço florestal, aquilo que temos actualmente não é só do nosso concelho, é de toda a região que é dominada pelo minifúndio, é um problema sério que, sem uma alteração política que obrigue os proprietários a optar por outros modelos, que



## Assembleia Municipal

obrigue a uma gestão mais profissional, que obrigue a agregar áreas territoriais, e lá está, aqui é algo que não se compadece com calendários eleitorais, mas sem essa estratégia ser adoptada, o risco que corremos é com a regeneração selvagem que está a acontecer, ao nível da acácia e ao nível do eucalipto, corremos o risco de, daqui a meia dúzia de anos, termos um problema tão, ou mais sério, como aquele que aconteceu em 2017. Infelizmente, como daqui a meia dúzia de anos, é um horizonte temporal que é muito longínquo nos calendários eleitorais, trata-se, de facto, de um assunto que na minha opinião, não tem sido tratado com a profundidade política que deveria, mas do ponto de vista de ser um desiderato social absolutamente incontornável. Naquilo que tem a ver com as nossas decisões, os passos que demos, naquilo que são os 23 hectares de floresta ou de território classificado como florestal, no concelho, território ardido em 2017, de podermos ter, se não conseguirmos ter uma actuação, porque a grande maioria destes territórios são espaços privados, há aqui uma perspectiva de implementar algo que seja importante para o território, não só do ponto de vista da gestão florestal, mas também do ponto de vista do reforço do mundo rural, do ponto de vista da atractividade, do ponto de vista de novas actividades relacionadas com o sector florestal e agrícola, como é o caso da apicultura, como é o caso do medronho, como é o caso também da caça, e aquilo que estamos neste momento a fazer e já a implementar, do ponto de vista formal, passa por conseguirmos implementar no nosso território que, neste momento, conta já com dois mil hectares e pode, em teoria, chegar aos cinco mil, mas dificilmente lá chegará, mas trata-se de uma área já significativa para poder ser pensada do ponto de vista profissional, e aqui, consideramos, aquilo que é a floresta de produção, conciliando com a proteção, conciliando com aceiros, conciliando com a pastorícia, conciliando com a actividade agrícola, conciliando com rede e área de proteção, conciliando com floresta autóctone, todas estas componentes têm que existir e ser geridas colectivamente. Estamos neste momento a desenvolver um projecto que conversámos recentemente com os compartos, com as associações de compartos do nosso território, e que será objecto de financiamento no âmbito da responsabilidade social, de um grupo económico nacional. Pretendemos, não só, fazer deste projecto um projecto-piloto, para o país, pretendemos que seja um projecto exemplar e que contemple todas estas vertentes, aqui assumindo este grupo empresarial, algo que o Estado manifestamente não está a ter capacidade para fazer.-----

-----Relativamente à questão que foi suscitada pela senhora deputada Elisabete Oliveira, é um processo que a nós começa a suscitar muita preocupação, este processo do Fundo de Solidariedade da União Europeia; dizer a todos os senhores deputados que, em 20 de Junho de 2018, já lá vão uns meses valentes, a Comissão Europeia tomou a decisão de apoiar o nosso país com um apoio no âmbito deste regime do Fundo de Solidariedade da União Europeia, na ordem dos 50,6 milhões de euros, inclusivamente, ainda antes da aprovação desta decisão, que, como disse há pouco foi em 20 de Junho de 2018, e ao abrigo do Fundo de Solidariedade da União



## Assembleia Municipal

Europeia, a Comissão pagou um adiantamento ao nosso país em 29 de Novembro de 2017. O que é certo é que, decorridos estes meses todos, como também já disse aqui no passado, apenas no final de Agosto do ano passado, as candidaturas foram abertas, apenas no final do ano de 2018 as candidaturas foram encerradas, apenas em 24 de Fevereiro de 2019 aconteceu, por parte do Programa Operacional de Assistência Técnica, a notificação para efeitos de audiência prévia, e nesta audiência prévia era preconizado um corte de 800 mil euros e era considerada uma despesa elegível, mas condicionada à existência de orçamento na ordem de quase um milhão e trezentos mil euros; essa circunstância determinou que tenhamos exercido o direito de audiência prévia, mais recentemente no dia 16 de Abril, foi dada sem efeito a audiência prévia de 24 de Fevereiro e foi feita nova audiência prévia, que está agora a decorrer o prazo, mantendo basicamente as mesmas conclusões que tinham em 24 de Fevereiro, e pela consulta que fizemos entretanto ao nosso consultor jurídico, merecerá também da nossa parte o exercício do direito à audiência prévia. Quero com isto dizer que neste momento já passaram mais de 18 meses desde os incêndios de Outubro de 2017, e a verdade é que estes apoios que só nas infra-estruturas e equipamentos municipais têm prejuízos validados no valor de 5,8 milhões de euros, ainda não foram contratualizados e, ao mesmo tempo que não foram contratualizados, pasme-se, há informação oficiosa que as intervenções têm que estar concluídas até Outubro de 2019. Se isto é algo que faça sentido, ou se é algo que seja revelador de boa-fé, por parte dos organismos que têm esta competência, que têm esta responsabilidade, na sua competência, não me parece que o seja. Isto justifica, senhor deputado Miguel Pinheiro, só nesta componente, justifica quase 6 milhões de euros, que foi o valor que, por não ter havido esta contratação ainda, por o Estado português ainda não ter assumido aquilo que já devia ter assumido há muito tempo, que prejudicou a execução de 2018, e por isso também no final do ano, foi feita a alteração que consubstanciou estas duas componentes, a componente deste valor de 5,8 milhões, que estava considerado na receita e na despesa do Orçamento de 2018, e face a esta circunstância de não ter sido aprovado, de não ter sido contratado em 2018, não fazia sentido ser considerado nesta análise, e há também outra circunstância que tem a ver com a candidatura da estabilização pós incêndio que também tem um percurso que no mínimo é um percurso esquisito, para não dizer que é completamente erróneo, face àquilo que recomendariam as boas práticas; se quisermos fundamentar aquilo que tem a ver com a execução, coloca lá nas vossas contas 5,8 mais um milhão, em cima dos valores que foram executados, e vejam quanto é que seria possível executar, se o Estado tivesse cumprido a parte que lhe competia ter cumprido.-----

-----Questões suscitadas pelo senhor deputado Manuel Augusto, esclarecê-lo que não me ouviu dizer que os funcionários inscritos na Caixa Geral de Aposentações eram os mauzinhos da fita; não vale a pena ir por aí, porque isso será certamente documentado e está gravado; aquilo que eu disse, e é uma questão estatística, é que os funcionários do regime da Caixa Geral de Aposentações têm um maior



Assembleia Municipal

número de ausências por doença do que os do regime da Segurança Social; mas isto é a constatação estatística e está no Relatório de Gestão.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **João Figueira** referindo que “queria fazer um comentário àquilo que dissera o senhor deputado Miguel Pinheiro, a propósito do inverno demográfico; gostava de não subscrever na íntegra mas, ainda assim, mostrar a minha compreensão e a minha atenção, particularmente quanto à questão demográfica; é uma das maiores ameaças que o nosso território enfrenta, não exclusivamente Arganil, naturalmente, mas o território mais vasto. Queria aproveitar, uma vez que saiu ontem uma notícia no Jornal de Notícias, acerca de alterações previstas quanto aos círculos eleitorais, e que prevê a extinção de freguesias que não tenham mais de 600 eleitores, ou 600 habitantes, agora não tenho a certeza, mas o que significava que num dos municípios que é citado lá como exemplo, onde o impacto dessas medidas seria maior, era precisamente o de Arganil; a notícia saiu ontem, e Arganil é um dos municípios que vem lá especificamente mencionado como onde esse efeito seria mais devastador, nomeadamente no número de freguesias, se isso implicasse, como implicaria, a extinção das freguesias. Onde é que eu quero chegar com isto? É que se calhar isto é previsto para um horizonte de dez anos, segundo a notícia menciona; e eu gostava que o município de Arganil, não sendo o oásis rodeado de desertos, mas não sendo o deserto, rodeado de oásis quanto a este problema, que nós pudéssemos estar na linha da frente, de discutir o nosso território, e especificamente essa questão, porque já que temos esse horizonte de dez anos, poderíamos repensar o território e anteciparmo-nos a essas medidas, caso elas sejam ou venham a ser plasmadas na lei o que nos obrigaria a repensar o território, e que nós pudéssemos ter essa discussão, devíamos antecipar-nos nessa reorganização do território que, porventura, vamos ser mesmo obrigados a fazer. Porventura as pessoas aqui presentes opõem-se a isto, de qualquer forma, se isso tiver que acontecer, acho que devíamos antecipar-nos e fazer parte dessa solução, da forma como vamos organizar o nosso território em vez de ficar à espera da última hora em que a lei seja adiada ou que não venha a ser aprovada, porque se for aprovada nos moldes referidos, devíamos antecipar-nos com a nossa própria visão sobre este assunto.----

-----Querida ainda colocar uma pergunta para o senhor Presidente da Câmara; já conversámos pessoalmente a propósito da organização da floresta no concelho, mas queria ser ainda melhor esclarecido sobre esse assunto; eu tenho responsabilidades na comissão de partes de baldios de Vinhó, que tem uma área de cerca de 50 hectares; lamento, mas nós não fomos contactados nas diligências que foram feitas até agora para a iniciativa de agrupar uma vasta área de floresta do concelho num projecto de gestão conjunta; enquanto presidente da Assembleia da comissão de partes de Vinhó, gostava de manifestar o nosso interesse em fazer parte desse projecto, caso ele exista para a área do nosso concelho, à muito que ansiava para que existisse um projecto com essas características, porque acho que é a melhor



## Assembleia Municipal

forma de lidar com o nosso território, ou seja, ser feito de uma forma articulada, de uma forma mais vasta, que integra uma vasta área do concelho, e não gostava que o território do qual também sou co-responsável ficasse de fora dessa solução. Gostava que o executivo, uma vez que está a patrocinar essa solução, me desse conhecimento na qualidade de deputado municipal ou de presidente da assembleia da comissão de partes, de todas as diligências e de que forma é que poderemos ter informação mais detalhada sobre esse projecto e de que forma poderíamos fazer parte dessa solução.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Miguel Pinheiro** dizendo que “esta intervenção do senhor deputado agora, esvaziou um bocado o que eu queria dizer; eu concordo precisamente com o que ele diz e até me parece um bocado despropositada a forma como o senhor Presidente se dirigiu à minha suposta ansiedade com a demografia. Se não acha que é um problema realmente exceptivo, estamos na Assembleia Municipal de Arganil, não estamos na Assembleia Intermunicipal da CIM, não estamos na Assembleia da República; eles lá também têm que falar sobre isso, mas nós cá também temos. E nós é que estamos a viver este momento e as consequências práticas sobre esta questão demográfica são efectivas sobre todos os aspectos da vida do concelho, nomeadamente logo à partida sobre a povoação, sobre o estabelecimento de famílias no contexto total de todo o concelho, e nós sabemos o que é que a presença de pessoas significa na gestão do risco, na criação de uma paisagem produtiva a todos os níveis, e quando digo produtiva a todos os níveis é produtiva em termos florestais, agrícolas, turísticos, ecológicos, mas também culturais, também criarmos uma sociedade informada, inclusiva, de todos, que participa, que preenche listas para se candidatar a ser eleita, que ocupa órgãos de chefia de associações, de clubes, de Juntas de Freguesia, para não sermos sempre os mesmos, porque isso diminui a democracia. Depois andamos aqui a fazer um processo democrático de gestão corrente, de mercearia, até que alguém há-de fechar a porta; isso tudo é muito dramático, pois claro que é dramático, é dramático e não é certamente para nos rirmos do que está a acontecer. Estas questões também têm depois consequência formal, administrativa, da ideia de território que nós temos e que herdámos; um território uno, indivisível, mas que poderá ter que sofrer nova reestruturação reformulação das suas vertentes administrativas e nos órgãos de gestão autárquica, não feita em cima do joelho, como foi da última vez, mas agora compulsivamente, como disse e muito bem o senhor deputado. Acredite, senhor Presidente, que eu não estou à espera que seja o executivo que vai resolver todos os problemas do inverno demográfico da região, mas estou de acordo que pode dar um passo e que pode assumir esta como uma causa que, tal como fez com o Rali, aparentemente, que se encha de brio e que leve esta causa e que todos os seus colegas à volta digam que isto foi por causa do senhor Presidente da Câmara de Arganil; mais uma vez, foi ele que nos chateou para trazer para aqui isto, ou para seja o que for. Tomando a boa iniciativa que teve



## Assembleia Municipal

na questão do Rali, e que foi reconhecida por todos, e não creia que não é reconhecida também pelo Partido Socialista, a questão é não vermos isto de uma forma maniqueísta e isso também tem a ver com a questão e eu agradeço-lhe ter recordado esses tempos de 2004 e 2003, porque creia, sem saudosismos, é um momento da minha vida que recorro com muito orgulho e creia que terá sido das tarefas que mais honra me deu, foi ser vereador da Câmara Municipal de Arganil e sei bem a responsabilidade que está associada a esse cargo e por isso também reconheço a dificuldade muitas vezes da sua ação; e agradeço que tenha falado nisso, já começa a ser um bocado arqueologia política, dá-me ideia que estarmos a falar de uma coisa de há 15 anos, tudo bem, eu assumo todas as coisas, nunca me chamaram à atenção de nada que eu tenha assinado, que eu não tivesse uma justificação ou uma contextualização. Há 15 anos, também posso fazer um esforço, mas senhor Presidente, se continuarmos nesta situação de justificar e o senhor justificou pouco dessa resposta do que fez com a afirmação de o que vocês fizeram foi muito pior; há sempre alguém no hospital que está pior que nós, claro, eu estou mal, mas aquele ainda está pior, eu vou descalço, mas aquele vai descalço e em tronco nu, e se continuarmos a justificar as coisas assim, acho que é uma visão, é luta política, mas em termos concretos, construtivos, de dizer meus amigos, isto está derrapado porque era para fazer esta e aquela obra e não consegui, não tive dinheiro, não deu, isso é legítimo, mas dizer eu derrapei 25, mas vocês derraparam 40, não é o mais correcto. Voltando à questão maniqueísta do nós fazemos tudo bem, vocês fazem tudo mal, aparentemente, o remate final, é a derrapagem não é do que fizemos mas sim do que o Governo não nos deu. Andámos à volta e a justificação foi essa. Parece-me que o senhor Presidente pode fazer um pouco mais que isso, aliás, este “combate” dos orçamentos, da gestão financeira e da discussão dos números, é feito, assumidamente, no seu ringue. O senhor está por dentro de toda a informação, de todos os conceitos, da sua gestão, e da sua apresentação; como vimos, podemos dar mais ênfase a umas coisas e menos a outras, há situações na apresentação de que nos apercebemos que não são positivas e tudo isso se tivermos mais tempo, a questão de não termos tempo para analisar, é real, senhor Presidente, o senhor sabe que isto é um órgão colegial e nós não podemos resumir isto a uma leitura técnica de documentos; isto é um órgão político, temos que discutir aqui a política e não podemos estar à espera que em cinco dias que nos reunamos todos, façamos nós próprios a auditoria financeira ao que nos é apresentado, para termos em cinco dias todos os instrumentos para serem discutidos politicamente. Em relação à ansiedade com as eleições, eu tenho zero ansiedade com as eleições, senhor Presidente, zero; não sei sequer o que vou jantar hoje, e preocupa-me mais isso para a minha saúde do que a ansiedade de saber se o senhor vai continuar em 2021 ou não. Mas em 2021 ainda vai haver eleições e o senhor vai ter que sair, nem que seja entre aspas, nem que seja para voltar a entrar, o senhor ou outra pessoa que se profile, e nessa altura vai ser feito um balanço e esse balanço não vai ser feito no momento de saída e entrada, é na campanha,



Assembleia Municipal

como foi em 2005, como em todas as outras, aliás, o senhor deputado Luis Gomes disse uma vez que o PS fala muito mas não ganha eleições, mas já ganhou, e devo dizer-lhe que há poucas coisas que sejam constantes nas vitórias do PS, uma delas é que o senhor estava sempre na lista do PSD; também devo dizer que o senhor esteve sempre nas vitórias.-----

-----Para terminar, gostava de deixar esta reflexão, fico contente de ver o senhor Presidente já também a utilizar termos do que é que pode ser o futuro da floresta e certos conceitos do uso múltiplo da floresta o que é que isto pode significar em relação ao futuro e à dignidade e à dignificação do espaço rural e da vida fora do centro urbano, e da transformação que isso pode ter numa paisagem produtiva a todos os níveis; fico contente e de alguma forma, ansioso com o que poderá vir a ser-nos apresentado; isto também tem que ter consciência que eleva a expectativa da ação e se não puder ser uma ação que vai a reboque do Estado, não seja, desde que seja apresentada de uma forma sustentada, e quando nos rodeamos pelas instituições de ensino, como é o caso das universidades, a primeira preocupação delas nunca é saber quem é que vai pagar, a ideia é fazer um trabalho válido, depois as decisões, os políticos assumem, porque se o trabalho for muito bom, tenho a certeza que qualquer que seja o Governo, irá aproveitar. Para terminar, senhor Presidente, ninguém no Partido Socialista tem intenções de lhe ensinar seja o que for, em questão de emolumento de orçamentos; não temos ideias nenhuma de o fazer; não precisa, senhor Presidente.”-----

-----Pedi a palavra o senhor deputado municipal **Manuel Augusto** dizendo que “estes Orçamentos e o senhor presidente falou dos anteriores do PS, a taxa de execução desses, recordo-me porque estive nas duas Assembleias Municipais seguintes, foi calculada sempre em relação ao orçamento previamente apresentado e neste modifica-se, nem que seja no último dia do ano, para que a taxa de execução seja bastante elevada, muito pomposa. Queria lembrar que durante os mandatos do PS na autarquia de Arganil, nunca nenhum empréstimo foi chumbado, neste momento o empréstimo do PSD, solicitado foi chumbado. Em relação ao absentismo ao trabalho, aquilo que eu queria, porque não foi presente nos documentos que nos foram entregues, era saber qual o numero de dias de doença que um trabalhador da Caixa Geral de Aposentações dá, versus o numero de dias que um trabalhador do regime geral da Segurança Social dá; se tem essa estatística no município de Arganil, agradecia que esclarecesse a Assembleia Municipal sobre isso.”-----

-----Teve novamente a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** esclarecendo que “relativamente à intervenção do senhor deputado João Figueira, confesso que não vi essa notícia, mas as notícias que tenho ouvido nos últimos tempos, vão em sentido oposto; aliás, aquilo que foi colocado dentro daquilo que foi uma estratégia de reversões, aquilo que foi colocado em cima da mesa, do ponto de vista político, foi





Assembleia Municipal

voltar ao formato inicial, antes das Uniões de Freguesia. Este Governo, logo no início do mandato, questionou os municípios quanto à vontade de abandonar esse processo e de voltar novamente ao número de freguesias que existiam anteriormente. Independentemente daquilo que faz sentido do ponto de vista da organização do território, parece-me que vai demorar algum tempo até que este assunto seja abordado de uma forma aprofundada, aliás, como acabei de dizer, quando ainda se equaciona voltar ao antes, é um indicador que esta matéria não terá certamente grandes alterações nos tempos mais próximos.-----

-----Relativamente à questão da demografia, aquilo que eu pretendi dizer, naturalmente que a questão da demografia, é um assunto sério para o concelho de Arganil, mas também devo repetir que é um assunto sério para o concelho de Arganil, como é para mais de 200 municípios do país que estão com uma redução demográfica significativa e por esta via, 200 em 308, é um problema sério para o país. Se acharmos que ele se resolve isoladamente num qualquer território, tenho a certeza que estamos enganados, mas estamos a fazer o nosso trabalho para tentar contrariar esta tendência, não esquecendo aquilo que são as projeções que vão sendo colocadas em cima da mesa e recorro que a nível mundial as projeções que existem apontam para que, já em 2050, 75% da população mundial esteja a viver em cidades, é uma tendência difícil de contornar mas, ainda assim, dentro daquilo que é a nossa estratégia de desenvolvimento económico, quer inclusivamente nestes projectos como aquele que temos para a floresta, quer naquele que tem a ver com as iniciativas de atracção e fixação de empresas, sendo a situação actualmente a mais visível, aquela que está relacionada com a Relvinha e com este projecto da floresta da Serra do Açor, naturalmente que tem muito a ver com isso, com esta preocupação em torno da demografia.-----

-----Relativamente ao facto de não ter sido convocado, a indicação deve ter ido para outro contacto, mas já tomei nota da vossa intenção e na próxima reunião que acontecer já serão chamados para a discussão.-----

-----Senhor deputado Miguel Pinheiro, começou por dizer que se eu tivesse explicado porque é que isto tinha derrapado, ou porque é que ia derrapar, não havia a necessidade de entrar neste tipo de discussão; senhor deputado, isso foi o que fiz em Dezembro, explicar porque é que o Orçamento não ia ter a execução que pretendíamos, porque naquilo que tem a ver com o fundo social da União Europeia e naquilo que tem a ver com a estabilização pós incêndio, o processo estava atrasadíssimo; já foi há uns meses, é certo, já todos nos esquecemos daquilo que aconteceu em Dezembro, mas eu apresentei a justificação formal e prática e concreta que teria esta consequência e por isso é que comecei por dizer que estava expectante quanto à abordagem que o senhor deputado faria quanto a este assunto, porque se quisermos ir apenas pela abordagem demagógica, aquilo que coloco em cima da mesa, sem qualquer tipo de problema, é que a execução da despesa em 2018 foi de 81,38% e da receita foi de 85,13%; esta foi a execução formal, é aquela que está nos documentos, é aquela que resulta de todo este processo. Voltará a



Assembleia Municipal

dizer que isto tem a ver com a alteração que fizemos no final do ano; tem, e está justificada mas se falar com todos os seus camaradas, não é preciso ir para muito longe aqui de Arganil, dos concelhos limítrofes, certamente que a receita utilizada é exactamente a mesma. Relativamente a esta questão deste modelo florestal aquilo que estamos a fazer é exactamente não contar rigorosamente nada com o Estado para este processo; sabemos bem quais é que são as consequências de ficarmos à espera, achamos que é um assunto sério demais para poder ficar a aguardar nomeadamente por tempos que não sabemos se vêm ou não vêm, e felizmente que encontrámos uma solução para, como disse, e aí concordo consigo, é essa a nossa pretensão, para implantarmos aqui um projecto que possa ser considerado um piloto, que possa ser considerado exemplar, não só para Arganil mas para o país; é isso que acredito hoje que conseguiremos fazer.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Manuel Augusto, podemos depois olhar para o Relatório de Gestão, mas toda a informação que referi consta do documento. Não percebi a referência que fez a um alegado empréstimo chumbado, isso não aconteceu, por isso não sei o que é que pretendeu dizer com essa referência.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor, 9 votos contra e 3 abstenções, aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, nos termos da alínea i) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

## **2 – Apreciação e votação da proposta de aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2018.**-----

-----Analisada que foi a proposta em apreço, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprová-la.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

## **3 – Apreciação do 17.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.**-----

-----Presente um exemplar do 17º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



Assembleia Municipal

**4 – Apreciação e votação da proposta de Revisão Orçamental n.º 1/2019.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/78, datada de 14/04/2019, da técnica superior Joana Duarte, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Sr. Presidente-----

-----Considerando que é necessário incluir o saldo de gerência do ano de 2018, no valor de 658.880,77€, no orçamento de 2019, uma vez que, o mesmo já está incluído no cálculo dos fundos disponíveis desde o início do ano, propõe-se a Revisão Orçamental n.º 1/2019 anexa.-----

-----Mais informo que a Câmara Municipal deve deliberar no sentido de submeter à Assembleia Municipal a 1ª Revisão ao Orçamental de 2019, uma vez que, nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da mesma elaborar e submeter para aprovação da Assembleia Municipal as revisões ao Orçamento e Opções do Plano, para que esta delibere, ao abrigo da alínea a do n.º1 do artigo 25.º do mesmo diploma.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a Revisão Orçamental n.º 1/2019.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**5 - Celebração de Contratos-Programa com as Juntas de Freguesia de Arganil, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Benfeita, Piódão, União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra e União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, a realizar pelas Juntas e Uniões de Freguesia – 2ª Fase.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/80, datada de 16/4/2019, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Em coerência com o solicitado por V.ª Ex.ª e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal -art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----



Assembleia Municipal

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibera sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Cortiça, Sarzedo, Benfeita, Piódão, Uniões de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos, no valor que ascende a 125.350,00€, para a qual existe, nesta data, dotação disponível de 85% no orçamento municipal na rubrica 08050102 – Freguesias, conforme informação de cabimento que se anexa a que corresponde o número sequencial 22165 datado de 16 de abril de 2019, contendo as cláusulas que nele deverão ficar consignadas, destacando-se, pela sua importância, as seguintes:-----

- Objeto e Valor das comparticipações:-----
- Freguesia de Arganil: “Colocação de dois lances de grades guarda para a Rua General Humberto Delgado na Portelinha, no local denominado "Muro de Almeida" viradas para a Escola Secundária de Arganil”: 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia de Pomares: “Substituição da vedação em madeira, por cima do Campo de Futebol, danificada pelo incêndio de 15/10/2017; Beneficiação do Parque infantil”: 11.400,00€ (onze mil e quatrocentos euros);-----
- Freguesia de Pombeiro da Beira: “Calcetamento em cubos de granito da Rua do Passal, no lugar de Pombeiro da Beira; Calcetamento em cubos de granito da Quelha e execução de valetas na Travessa do Barreiro, na Roda; Execução de valetas da Estrada Municipal, no lugar da Portela do Vale.”: 10.000,00€ (dez mil euros).-----
- Freguesia de São Martinho da Cortiça: “Construção de passeio pedonal na Portelinha, entre a Farmácia e a povoação de Vale de Matouco; Reabilitação da Fonte Romana na Sanguinheda, da Fonte e lavadouro de Saíl, do Chafariz da Cortiça e do Chafariz da Teixugueira”: 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros);-----
- Freguesia do Sarzedo: “Substituição das varas em madeira delineadores do caminho pedonal na Praia Fluvial”: 950,00€ (novecentos e cinquenta euros);-----
- Freguesia de Freguesia de Benfeita: “Reabilitação do Largo da Senhora da Saúde, em Pardieiros; Reabilitação dos corrimões de proteção, em madeira tratada, existentes no Miradouro de Monte Frio, ao Penedo Grande em Sardal, e no acesso à queda de água da Fraga da Pena”: 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros);-----
- Freguesia de Piódão: “Reparação de forno comunitário e do moinho junto à praia fluvial do Piódão”: 18.500,00€ (dezoito mil e quinhentos euros);-----
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: “Execução da rede de águas residuais da Rua Quinta da Palmeira até à Junta de Freguesia e na Rua do Quebra Costas”: 9.500,00€ (nove mil e quinhentos euros);-----



Assembleia Municipal

---União de Freguesias de Côja e Barril de Alva: “Abertura de vala para colocação de tubo para saneamento e águas pluviais em Mercado Velho, em Côja; Iniciativas culturais e promoção Turística da Freguesia, como a realização da FAVA, Feira de Artesanato, Antiguidades e Velharias, Festival Musicas de Verão e promoção da marca "Portas do Açor"”: 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros);-----

• Prazo de Vigência:-----  
-----Data da Assinatura do contrato até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----

• Pagamento:-----  
-----2<sup>as</sup> Prestações: 1.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, até 30 (trinta) dias após a assinatura dos contratos e a 2.<sup>a</sup> Prestação, no valor de 50%, aquando o cumprimento total do objeto dos contratos e apresentação da documentação comprovativa da realização da despesa.-----

• Prazo de cumprimento: - até ao final de 2019-----

• Incumprimento:-----  
-----A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----

• Acompanhamento e controlo:-----  
-----O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----

-----Anexo minuta dos contratos programa, informações de cabimento e de compromisso.-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar os Contratos Programa em apreço, nos termos da informação supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**6 – Apreciação e votação de Adenda ao Contrato Programa nº 8/2019, celebrado com a Junta de Freguesia de Secarias.**-----

-----Presente a informação INF/DAGF SF/79, datada de 16/04/2019, da técnica superior Lúcia Coimbra, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado e face ao disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o novo regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, que na anterior lei, no seu art.º 64.º, n.º6, alínea b) era competência da Câmara Municipal não se encontra atualmente



Assembleia Municipal

elencada nas atuais competências atribuídas à Câmara Municipal - art.º 33.º da nova Lei, cabendo atualmente tal competência à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Neste sentido, compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo que se remete a V.ª Ex.ª para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 8/2019 celebrado com a Freguesia de Secarias, o qual foi aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 23 de fevereiro de 2019, sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 5 de fevereiro de 2019, no montante de 18.000,00€ (dezoito mil euros), com o objeto de apoio à execução dos trabalhos de “Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira e reparação e pintura das parreiras danificadas entre a cantina e o edifício escolar, em Secarias.”-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 8/2019, cujo objeto será o apoio à execução dos trabalhos “Requalificação da Praia Fluvial da Cascalheira - 1ª fase e reparação e pintura das parreiras danificadas entre a cantina e o edifício escolar, em Secarias.”-----

-----À Consideração Superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 34 votos, aprovar a Adenda ao Contrato Programa nº 8/2019, celebrado com a Junta de Freguesia de Secarias, nos termos da informação supra.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**7 – Para conhecimento** – Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 1 de Fevereiro de 2019 e 31 de Março de 2019, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----Presente a informação INF/DAGF/74, datada de 02/04/2019, da técnica superior Paula Duarte, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais, e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



Assembleia Municipal

**8 – Para conhecimento** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.-----

-----Presente o Relatório Financeiro correspondente ao periodo de 01/02/2019 a 31/03/2019, que se dá por reproduzido, para todos os efeitos legais, e do qual se anexa cópia à acta.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO**

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_